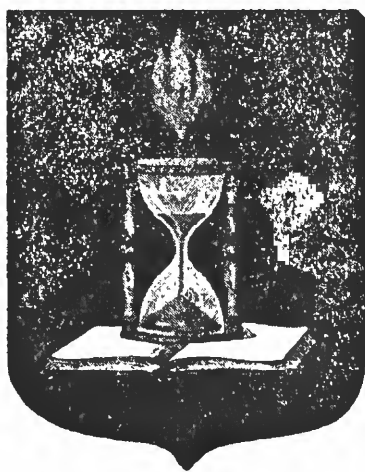


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

VI

Letras - n.º 1



1938

FIDELINO DE FIGUEIREDO

A Epica Portuguesa
no Seculo XVI

COM APPENDICES DOCUMENTARES

*

SÃO PAULO

1938

Esta monographia amplia e documenta, para os meus discipulos e amigos da Universidade de São Paulo (Brasil), ideas expostas em 1930, na Historia da Litteratura Portuguesa Illustrada, promovida e dirigida por Albino Forjaz de Sampaio, e na lição inaugural do meu ultimo curso na Universidade Central de Hespanha (Madrid).

O leitor curioso destes themas de sciencia da litteratura deveria fixar a sua attenção preferentemente nas provas adduzidas nos appendices, porque a idea nuclear do estudo tem muito de ovo de Colombo... As provas, sendo seguras, como eu as creio, é que poderão suggerir um novo rumo á critica das fontes da epopéa.

E' para mim uma grande honra inaugurar as publicações da secção de letras da Faculdade de Philosophia com esta monographia camoneana, que me recordará as gratas horas passadas no convivio da juventude estudantil paulista, em tórno dos grandes monumentos da lingua commum.

São Paulo, Setembro de 1938.

I

SUMMARIO: A repercussão da obra camoneana. — Elencho dos poemas heroicos portugueses. — Problemas suscitados por este elencho: a) conceito e genese da epopêa; b) criterio de nacionalidade em litteratura.

Na primeira epocha da poesia portugueza quinhentista, Gil Vicente representa a sobrevivencia do medievalismo e sua alliança com os aspectos populares do Renascimento, verdadeiramente uma continuidade que se enriquece com as experiencias novas do seculo XVI, vitalmente sentidas, não importadas como canones estheticos; Sá de Miranda personifica a importação do italianismo, feita directamente, não já por via hespanhola, mas com predominante character formal e com alguma incompreensão do espirito dos novos tempos, designadamente das contribuições portuguezas para o grande seculo; e Camões realisa a conciliação genial das formas litterarias, que os ventos do levante lhe enviavam, com a materia opulenta que as brisas do “mar oceano” lhe offerciam. Camões é o momento supremamente creador dessa epocha litteraria: assimilação e pleno dominio da forma classica restaurada, materia nacional e genio da expressão para receber e transmittir uma vibração nova do espirito humano. E’ um genio bem representativo da Renascença, nalguns dos seus mais typicos rasgos: a curiosidade geographica, a sensação da distancia e do exotismo, e a victoria do homem sobre o mar, uma das mais decisivas na historia dos progressos da civilisação. E’ a esta significação universal que a critica o deve erguer.

Depois d’elle, a força creadora da litteratura portugueza deixa-se inhumar por longo tempo, sob sedimentações morbidas, desnacionalisadoras ou depressivas: um mysticismo ingenuo, o prophetismo, o castelhanismo, o academicismo, o lethargico alheamento da renovação scientifica e a obstinação em

preconceitos pre-renascentistas (1). Mas o contraste poderoso da personalidade e da obra lyrica e epica de Camões com o ambiente, em que ninguem ainda fizera arte litteraria com tal pujança e tão impregnada de vida em profundeza, não esqueceu mais e foi avultando com os tempos, mesmo atravez do seculo immediato, com seu amortecimento do sentimento poetico. Para a opinião europêa, que se sentira especialmente attrahida pelos generos litterarios derivados da actividade maritima dos portuguezes, a epopêa camoneana era a coroação dessa litteratura de inspiração oceanica e a das proprias navegações, porque possuia toda a novidade de uma e de outra, e a mais o acabamento artistico.

As gerações foram perfazendo um longo trabalho de reflexão critica, saboreando e pondo em valor todo o conteúdo da epopêa. Em horas de crise, regressou-se a Camões, como a uma fonte de renovação esthetica e nacionalisadora. Tornou-se um genio tutelar da inspiração litteraria; e o classicismo, nos seculos immediatos, foi por aquisição tão camoneano como era de nascença virgiliano e horaciano.

Acatamento de modelos tidos por insuperaveis e uma perseverante imitação d'elles são characteristics essenciaes da esthetica neo-classica, assente no dogma da belleza unica ou absoluta e na rigida classificação dos generos, infensa ao sentido do progresso ou desenvolvimento acquisitivo. Esta foi uma noção typica da critica romantica. Tê-la formulado é um dos meritos que Brunetièrre mais louva em Mme. de Stael, como reformadora da critica litteraria (V. *Evolution de la critique*).

Camões foi logo, ainda no seculo XVI, um modelo poetico do classicismo peninsular (2), posto ao lado dos genios protectores, legados pela arte helleno-romana. O seu rasto foi longo e profundo, principalmente sobre a carreira da epopêa,

(1) Acêrca destas influencias morbidas, desnacionalisadoras e depressivas, a que alludo, ver a Introduccão do 2.º vol. da *Historia da Litteratura Classica*, 2.ª ed.. Os dados referentes á philosophia devem ser completados com o estudo posterior *Para a Historia de philosophia em Portugal*, in *Estudos de Litteratura*, 4.ª serie, Lisboa, 1924.

(2) Bonilla y San Martin recordou que de Hespanha partiu o primeiro reconhecimento externo da gloria do poeta. Ver o seu artigo *Camões e Hespanha* no vol. 14.º da *Revista de Historia*, Lisboa, 1925, pags. 106-111. — Como lyrico, Luiz de Camões coincidia com a tradição castelhana da Renascença, muito empapada de influencia petrarchista; Garcilaso de la Vega, italianisante, foi-lhe familiar e os versos de ambos chegaram a ser confundidos pelos biographos. Ver *Camões y Garcilaso*, Prof. Angel Valbuena Prát,

da lyrica e da critica. Esta possui mesmo um indelevel sello camoneano em suas origens, porque nasce com a forma de esforço interpretativo e judiciario do poema de Camões.

Na epopêa, que é o especial objecto deste escripto, Camões determinou logo esse extenso filão de poemas narrativos, sempre muito influenciados pelos *Lusiadas*, até mesmo quando o proposito do poeta era desthronar Camões do seu primado, como foi o de José Agostinho de Macedo. E' um filão que brota no seculo XVI e se estende á epocha do realismo naturalista e essencialmente anti-epico. O *D. Jayme*, de Thomaz Ribeiro, 1862, é ainda uma affirmação de casticismo pela tentativa de restauração do gôsto epico; e a polemica, por elle suscitada, foi um verdadeiro conflicto entre a tradição e a forma nova que se tentava para esse gôsto épico. Tambem não deixou de estar em causa nessa pequena batalha esthetica o direito de Camões ao seu primado poetico, thema imprudentemente levantado por Castilho.

Os outros aspectos da influencia camoneana, posto que de mais alta qualidade esthetica e doutrinaria, ficam fóra da limitação chronologica destas notas — porque o primeiro lyrico de cunho camoneano, Rodrigues Lobo, é já da centuria immediata e porque a critica camoneana, primeiro na forma de exegese textual, depois em aspectos tecnicamente mais elevados, tambem só em 1613 se inicia com Manuel Corrêa e Pedro Mariz. Já apontei noutro lugar a tendencia camoneana de alguns lyricos de varia significação, como Rodrigues Lobo Soporita, Xavier de Mattos, Bocage; recorde-se ainda que a reforma da lyrica, em pleno romantismo, a realisou Garrett com uma concepção nova da figura de Camões e em tórno da recordação das vibrantes canções autobiographicas do epico: “um Luiz de Camões romantico, remodelado na phantasia melancholica dum grande poeta exilado, amoroso, nostalgico”, como chamou Camillo a essa visão garretteana. Nesses annos de gestação romantica, o epico foi o sol que alentou e aqueceu as aspirações de patriotica reconstrucção, os sonhos de liberdade na politica e na arte, — uma lareira nostalgica accendida no exilio pela saudade dum Garrett, dum Sequeira,

em *Estúdios eruditos, In Memoriam de Adolfo Bonilla y San Martín*, vol. 2.º, pags. 469-478, Madrid, 1930. — Devem-se considerar os dados de Sousa Viterbo em *Camões em Hespanha*, publ. no *Circulo Camoneano*, Porto, 1891. — De Garcilaso fez-se uma edição em Lisboa: *Las Obras de Boscan y algunas de Garcilaso de la Vega repartidas en quatro libros*, em casa de Luiz Rodrigues, anno de 1543.

dum Morgado de Mattheus, dum Domingos Bomtempo, dum Candido José Xavier...

Pode-se julgar da persistencia do gôsto epico, entre nós, pelo seguinte elencho de poemas, ainda que muitos estejam longe de palpar de verdadeira inspiração epica:

- 157? — *Descobrimento da India*, Pedro da Costa Perestrello (perdido);
 157? — *Batalha Ausonia*, mesmo auctor (perdido);
 1572 — *Os Lusíadas*, Luiz de Camões;
 1574 — *Successo do Segundo Cêrco de Diu*, Jeronymo Côrte Real;
 1578 — *Felicíssima victoria... en el Golfo de Lepanto*, Jeronymo Côrte Real;
 1588 — *Elegiada*, Luiz Pereira Brandão;
 1589 — *Primeiro Cerco de Diu*, Francisco de Andrada;
 1594 — *Naufragio e lastimoso successo da perdição de Manuel de Sepulveda...*, Jeronymo Côrte Real;
 1601 — *Prosopopéa*, Bento Teixeira;
 1609 — *Condestabre*, Francisco Rodrigues Lobo;
 1611 — *Alfonso Africano*, Vasco Mousinho de Quevedo Castello Branco;
 1618 — *Espanña libertada*, 1.^a parte, Bernarda Ferreira de Lacerda;
 1623 — *Novissimos do Homem*, Francisco Child Rolim de Moura;
 1625 — *Poema del Angelico Doctor Sancto Tomas*, Manuel Thomaz;
 1628 — *Gigantomachia*, Manuel de Gallegos;
 1628 — *Chauleidos*, Diogo de Paiva de Andrada;
 1629 — *Descobrimento das Esmeraldas*, Diogo Grasson Tinoco (3);
 1634 — *Malaca conquistada*, Francisco de Sá de Menezes;
 1635 — *Insulana*, Manuel Thomaz (4);
 1635 — *Templo da Memoria*, Manuel de Gallegos;

(3) Considera-se perdido este poema, do qual apenas se conhece o resumo da acção e o excerpto de quatro estancias, dado por Claudio Manuel da Costa no prologo, intitulado *Fundamento Historico*, ao seu poema *Villa Rica*. Occupou-se desenvolvidamente deste primeiro poeta paulista o historiador Affonso E. Taunay em *Terra bandeirante*, São Paulo, 1931, pags. 18-28.

(4) V. o artigo de João Cabral do Nascimento a respeito deste poema nos *Apontamentos de Historia Insular*, Funchal, 1927, pags. 67-78.

- 1636 — *Ulyssea*, Gabriel Pereira de Castro;
 1638 — *Macabeu*, Miguel da Silveira;
 1640 — *Ulyssipo*, Antonio de Sousa de Macedo;
 1659 — *Pheniz da Lusitania*, Manuel Thomaz;
 1667 — *Virginidos*, Manuel Mendes de Barbuda e Vasconcellos;
 1671 — *Destruição de Hespanha*, André da Silva Mascarenhas;
 1673 — *Espanña libertada*, 2.^a parte, Bernarda Ferreira de Lacerda;
 1699 — *Viriato tragico*, Braz Garcia de Mascarenhas;
 1701 — *El nuevo mundo*, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos;
 1705 — *A Ilha de Maré*, Manuel Botelho de Oliveira;
 1712 — *Alfonso*, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcellos;
 1754 — *Conquista de Gôa*, José Xavier de Valladares e Sousa (5);
 1759 — *Brasileida*, Domingos da Silva Telles (6);
 1769 — *Uruguay*, José Basilio da Gama;
 1781 — *Caramurú*, José de Santa Rira Durão;
 1782 — *Joanneida*, José Corrêa Pinto Alvim;
 1803 — *Lisboa destruida*, Pe. Theodoro de Almeida;
 1806 — *Zargueida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcellos;
 1809 — *Novo Argonauta*, José Agostinho de Macedo;
 1811 — *Gama*, mesmo auctor;
 1813 — *Newton*, mesmo auctor;
 1814 — *Oriente*, José Agostinho de Macedo;
 1818 — *Alfonsiada*, Antonio José Osorio de Pina Leitão;
 1819 — *Georgeida*, Francisco de Paula Medina e Vasconcellos (7);
 1823 — *Lysia victoriosa*, José Joaquim Figueiredo Saraiva (8);
 1825 — *Camões*, Almeida Garrett, com que se inicia a epocha romantica;

(5) V. *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, Appendice IV da 2.^a ed.

(6) V. o artigo de J. Lucio de Azevedo na *Revista de Lingua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1922 n.º 19, pags. 85-95.

(7) V. o artigo de João Cabral do Nascimento A "Georgeida" de Medina, na revista *Vasco da Gama*, vol. I, pags. 241-246, Lisboa, 1925-1926, reproduzido nos *Apointamentos de Historia Insular*, Funchal, 1927, pags. 79-88.

(8) Só publicado parcellarmente em 1910 por Annibal Fernandes Thomaz, num folhetito.

- 1826 — *D. Branca ou a Conquista do Algarve*, mesmo auctor;
 1831 — *Elysabetta triunphante*, Fr. Jeronymo Vahia;
 1862 — *D. Jayme ou a dominação castelhana*, Thomaz Ribeiro.

Depois desta data o genero cahe em degeneração e des-acredita-se no espirito publico. Evidentemente que no elencho acima se têm de considerar outras influencias, além da camoneana, como a de Torquato Tasso, que em certa altura revestiu aspectos de competição. Tambem se deve tomar como signal do gôsto epico da imaginação litteraria dos portuguezes a frequente caricatura desse gôsto em numerosos poemas heroi-comicos e burlescos, e em muitas parodias que de poemas epicos se fizeram, a partir do seculo XVIII. O poeta satyrico, agigantando até á escala heroica as proporções de coisas e pessoas minimas, infligia simultaneamente a maior affronta a essas coisas e pessoas, e confessava o seu reconhecimento dum supremo valor esthetico e moral: o conceito epico ou heroico da vida. E era essa infinita distancia entre a realidade e o modulo que creava o contraste comico. Alberto Pimentel inventariou mais de cem desses poemas de caricatura da epopêa (9), mas um só figura de direito e com relevo na historia litteraria: *O Hyssope*, de Antonio Diniz da Cruz e Silva. Tambem o Coronel Ferreira Lima organisou uma bibliographia abundante de parodias (10), mas das de poemas só têm interesse artistico a *Cabulogia* de Couto Monteiro e os *Republicaniadas* de Marco Antonio (pseudonymo de Pinto d'Almeida).

* * *

A apreciação dos poemas enumerados nesta lista, nos quaes predomina o proposito epico, uns em verso portugûês, outros em verso castelhano, levanta dois problemas: o de conceito de epopêa e o de criterio de nacionalidade na litteratura.

O primeiro, quando surge, é resolvido quasi sempre de modo precario, porque frequentemente o conceito de epopêa funda-se sobre as relações dos poemas homericos com a realidade. Taes poemas representam, de facto, um instante supremo na imaginação epica da humanidade, no seu hemispherio moral do occidente, mas não são a realidade toda que se pode

(9) V. *Poemas heroi-comicos portuguezes* (verbetes e apostillas), Porto, 1922, 173 pags.

(10) V. na *Solução Editora* uma boa bibliographia das *Parodias na Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1930, 92 pags.

offerecer na consideração do problema. E' necessario observar o phenomeno em outros momentos da constante elaboração lendaria.

O poeta epico não é o creador da materia epica, não tem sequer o poder de colorir de tom epico a materia commum ou já de si heroica; a materia epica é-lhe anterior e é de criação collectiva, está já crystallizada na mente da collectividade, quando o poeta, com o seu genio da expressão, a chama á perpetua presença. Homero, pae da poesia na nossa civilização occidental, era já no seu tempo um archaisante, lembra com aparente paradoxo Ortega y Gasset, porque o cyclo dos seus motivos já volitava no ceu jonio, numa symbiose de realismo fiel e de maravilhoso sobrenatural com sua causação transcendente, convivio de deuses humanizados e de homens equivalentes a deuses, em franca intimidade com os elementos naturaes, alegres, crueis, insensiveis á dôr, centros creadores de força, que não se detêm a reflectir sobre a sua essencia e os seus fins, que não sentem curiosidades criticas, só exercem a acção e se alimentam da lucta e da victoria sobre os outros homens, sobre a natureza, sobre os proprios deuses.

Epopêa é a glosa poetica dum mytho, é portanto a coroação individual da obra collectiva pelo poder de expressão do poeta. Homero não versificou successos historicos recentes, seduzido pela exaltação heroica delles; condensou e ordenou em poemas todo o previo trabalho collectivo, que de longinquos successos fizera mythos. Portanto, o mytho é a condição previa da epopêa.

Esta condição essencial do mytho anterior, obra collectiva, do mytho como introducção á epopêa, esta construida já por um artista bem individualizado, está presente em todos os grandes casos conhecidos de floração do genero epico. No seculo de Augusto, Virgilio recebe o mytho já crystallizado da fundação de Roma. No principio do seculo XIII, o auctor dos *Nibelungen* ordena as façanhas já mythisadas de Siegfried. No fim do mesmo seculo, Dante architecta a sua *Divina Comedia* sobre a visão escolastica do mundo e a interpretação das escatologias christã e musulmana. No XVI, Ariosto, Tasso e Camões encontram já creados tambem cyclos mythiscos ou julgamentos lendarios em torno do furor heroico de Roldão, da reconquista de Jerusalem e da decifração do maior enigma geographico do Renascimento, o caminho maritimo da India. E em pleno seculo XIX, Lönnrot coordena as balladas do povo finlandês e construe *Kalevala*. Pela proximidade, Lönnrot é

o mais acessível é demonstrativo exemplo deste processo de formação das epopêas; e a boa auctoridade de Van Gennepp assim o salienta em livro muito divulgado (11).

Como se verá pelo desenvolvimento da minha idéa, o que eu proponho não é uma restauração da velha theoria romantica de coordenação das rhapsodias, a qual subalternisava inteiramente a inspiração individual — caso que nos exemplos adduzidos só se verifica em *Kalevala*, de Lönnrot; o que pretendo pôr em relevo é coisa muito diversa: a pre-existencia de juizos collectivos engrandecedores de certos episodios, que, pela representação que um povo lhes dá, assumem tambem o caracter de valores estheticos. Basta que um artista de genio lhes dê expressão formal para que elles cedam toda a sua força emotiva e todo o seu poder de unificação moral. Um pouco disso succede ainda hoje com toda a superior criação artistica; é necessario que haja accôrdo de valôres entre o publico e o artista para que se dê o exito, isto é, a acceitação immediata de qualquer obra d'arte. Sómente, a velha classificação e a hierarchia dos generos dissolvem-se; já não é a epopéa a voz que expressa as inquietações dos povos. Os generos litterarios são determinados na sua estrutura pelas funções a que se destinam; e cada poeta e cada prosador tem de adaptar os seus meios de expressão aos fins a que visa, sem o menor acatamento pelas fronteiras dos generos e seus canones internos. Apenas sobrevivem os tons geraes, epico, lyrico, dramatico, subjectivo ou representativo, segundo a constituição do artista e o cunho dominante das emoções que suscita. Mas o tom epico pode impregnar obras muito diversas dum poema heroico.

A viagem maritima para a India fôra o sonho nacional desde a segunda epocha das navegações de descobrimento, senão logo desde o infante D. Henrique. A elle se subordinou toda a actividade geographica dos portuguezes; por mar e por terra, pelo oriente e pelo occidente, elles só visavam chegar á India. A legislação, a politica interna e externa, a idealisação artistica e litteraria, a disquisição scientifica eram de certo modo dominadas por esse pensamento ambicioso e depois ufano, que chegou a penetrar nos devocionarios (12).

(11) *La formation des légendes*, Paris, 1910, pag. 215.

(12) Que lugar occupam as navegações e os descobrimentos na actividade bibliographica impressa dos portuguezes dos seculos XV e XVI? Dos 24 incunabulos portuguezes inventariados por A. J. Anselmo e Raul Proença nos *Annaes das Bibliothecas e Archivos*, Lisboa, vol. I, pags. 186-191, só um é relacionavel com as navegações: o *Almanach Perpetuum*, de Abraham Zacuto, Leiria, 1496. Entre

E quando Vasco da Gama chega a Calicut, ligando assim os dois hemispherios moraes da terra, o mundo deslumbra-se com a façanha, porque ella transformava as suas mais enraizadas noções geographicas, a physionomia economica do mundo, a sua imagem physica, a sua expressão linguistica e até a esthetica do paladar, com a entrada das especiarias e dos excitantes orientaes na circulação universal. Essa viagem impressionou muito mais a opinião universal do que a chegada de Colombo ao Novo Mundo e a propria circumnavegação de Magalhães e El Cano. Assim o recorda Franz Hümmerich, especialista dos descobrimentos geographicos. “A descoberta do caminho maritimo para a India foi considerada pelos contemporaneos mais importante que a descoberta da America”.

Depois, a procura da India, com as suas extraordinarias consequencias de expansão maritima e colonial, e as suas façanhas de conquista e fundação dum imperio naval e mercantil por um punhado de heroes, tornou-se um mytho ou antes um cyclo de mythos, melhor ainda, de valores mythicos, os quaes fluctuaram luminosamente negaceadores e sem governo nas imaginações durante largos decennios. Os portuguezes dos seculos XV e XVI levantaram a vida humana a maior altura, dêram-lhe novas perspectivas e interesses, fizeram no campo da acção navegadora e guerreira o que no campo da arte fizeram os italianos. Esses homens multimodos, navegantes e guerreiros, politicos e poetas, geographos e chronistas, aventureiros e apostolos, constituem um momento insigne na historia da personalidade. Esta aportação psychologica é a novidade que mais ha-de estimar a critica futura, uma critica em profundidade, como exercida por algum Proust da historiographia. O mundo deslumbrou-se e os portuguezes, com a sua imaginação

outros, hypotheticos, figuram o *Repertorio dos tempos* e a *Carta a El-Rei D. João II*, de Jeronymo Monetarius. Das 1312 especies catalogadas pelos mesmos bibliothecarios na sua *Bibliographia das obras impressas em Portugal no seculo XVI*, 109 dizem respeito parcial ou totalmente aos descobrimentos e conquistas ultramarinas, predominando de modo esmagador os assumptos orientaes sobre os de Africa e America. Nessas 109 especies, o titulo mais repetido é o *Repertorio dos tempos*, muitas vezes reimpresso. E' necessario recordar que durante muito tempo foi limitada pela razão de Estado a publicidade relativa às navegações e que numerosos trabalhos de auctores do seculo XVI permaneceram ineditos nesse seculo, alguns dos quaes só muito posteriormente se publicaram e outros se perderam de todo. — Sousa Viterbo encontrou um *Livro de Horas*, do seculo XVI, o texto duma *Oração a Nossa Senhora por os navegantes das Indias*, que transcreveu na sua obra *Livraria Real*, pag. 47.

escandecida, crescendo subitamente a proporções antes desconhecidas, entraram num estado de ufanía que mythisou essas façanhas e creou a atmosphera da epopêa.

Essa ambiencia de creação lendaria era acompanhada dos sentimentos de espera e de busca dum novo Homero, que viesse completar a obra, coordenando esse novo cyclo de materias já sufficientemente envelhecidas ou distanciadas na imaginação collectiva, mas conservadas tambem por essa mesma velhice fresca de lenda.

Não é difficil apontar alguns indices dessa ambiencia lendaria: a redacção em latim, lingua universal, por Matheus Pisano e Fr. Justo de Ceuta, das chronicas dos feitos ultramarinos dos portuguezes, ainda então na sua phase de Marrocos e do Atlantico septentrional (13); as relações entre D. João II e Angelo Poliziano, em 1491, quando este se lhe offereceu para celebrar as novas façanhas lusitanas (14); todos esse panegyricos do espirito heroico por João de Barros, novelista e historiador, por Lopes de Castanheda e por Gaspar Corrêa, o chronista das "lendas" indianas; a constante ufanía de que as façanhas reaes dos portuguezes offuscavam as façanhas phantasticas dos heroes classicos, ufanía que tanto se expressa no prologo do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rezende como no *Tratado da Esphera* de Pedro Nunes; o tom epico da historiographia colonial, de João de Barros designadamente; as claras exhortações de Antonio Ferreira, orientador do primeiro grupo de poetas quinhentistas, a Pedro de Andrade Caminha, a D. Antonio de Vasconcellos, a D. Antonio de Castilho, a Diogo Bernardes e a Diogo de Teive para que se decidam a compôr uma epopêa nacional (15); as desculpas de Diogo Bernardes de não acatar a insinuação de Ferreira por falta de um Augusto protector (16); a ostentosa tecedura de grandes tapeçarias historicas, entre ellas collecções consagradas ao descobrimento e conquista da India ou, por influencia delle, com motivos asiaticos (17); a propagação em latim desses feitos orientaes pelos escriptos de Damião de Goes, Diogo de Teive e D.

(13) V. a ed. portuguesa de Matheus Pisano, Academia das Sciencias, Lisboa, 1915.

(14) V. Appendice I ao presente texto.

(15) V. Appendice II.

(16) V. Appendice III.

(17) V. Appendice IV.

Jeronymo Osorio, dirigidos a toda a Europa (18); a atmosphera heroica em que Diogo de Teive envolvia o rei D. Sebastião com a ideologia monarchica da sua vibrante *Institutio* (19); o compromisso tomado pelo mesmo Teive, ante D. André de Noronha, de celebrar os feitos dos reis “lysiadas” (20); o projecto de Jorge de Montemór, registrado por Lourenço Craesbeek impressor, de escrever um poema sobre o “descobrimento da India Oriental” (21). Não são poucos, nem de somenos importancia.

O que não se pode fazer hoje é inventariar os lais, canções, hymnos, lendas, romances, narrativas e conceitos populares, que concorreram para essa obra de recreação individual do colectivo, recapitulando com novo genio a genese da *Iliada* e dos *Niebelungen*. E é isso realmente possivel nalgum caso? O que o poeta epico funde é materia lendaria, deformações heroicas, não textos como um rhapsodo musical que habilmente se dá ao trabalho de serzir modinhas populares. O processo do cyclo mythico da India, circumscripto a uma aristocracia de personalidade e de pensamento, precipitou-se na sua marcha. Eu ousaria dizer que a fidelidade ao processo surprehende-se menos na repetição do que no parallelismo: a epopéa typicamente folclorica, como os *Niebelungen* e *Kalevala*, é uma coordenação do conteúdo das balladas, mas uma epopéa requintadamente erudita, como os *Lusiadas*, é uma coordenação de valores lendarios que podem não ter ascendido desde o povo anonymo, nem ter brotado do seio d'elle, mas que se geraram segundo os normaes

(18) V. a collecção dos escriptos latinos de Damião de Goes,, republicada em Coimbra, 1791, *Damiani a Goes equitis lusitani opuscula; Diogo de Teive, Commentarius de rebus in India apud Dium gestis...*, Coimbra, 1548; Osorio, *De rebus Emmanuelis... gestis*, Lisboa, 1571.

(19) V. *Epodos*, pags. 91 e segg. da ed. de Lisboa, 1786. —

(20) Acêrca da prioridade da invenção da palavra “lusiadas” veja-se o artigo de Alfredo Pimenta. *Os Lusiadas, por Luiz de Camões, qualquer edição integral*, in *Diario de Noticias*, de 24 de Fevereiro de 1933, em que recorda que a palavra que intitula o poema nacional foi empregada já em 1516 por Luiz Celio Rhodigino nas suas *Lectionum Antiquarum Libri XXX*, porém em sentido diverso, que só poderá talvez ser esclarecido pela analyse total da esquecida obra de Rhodigino.

(21) V. a dedicatoria da edição de *Diana*, de Lisboa, 1624.

processos deformadores da megalosia, da symbolosia e da thau-matosia.

Se analysarmos o conteúdo ideographico do nosso romanceiro, encontraremos elaborações populares sobre os seguintes motivos historicos nacionaes, anteriores a Camões: luctas com os mouros na reconquista do territorio, a situação de captivo em Marrocos, Santa Isabel, morte de Ignez de Castro, o Condestavel Nun'Alvares, a batalha de Aljubarrota e todo um cyclo sobre a partida das naus, a surpresa da chegada, os riscos das longas viagens, a saudade da longa separação e os seus perigos para a fidelidade conjugal. Este ultimo thema encontra-se já no theatro de Gil Vicente. Será pouco, mas não se deve dar por concluido o apuramento sem varejar o romanceiro castelhano, pae do português, e o acêrvo de lendas indianas, porque os themas emigraram ou os romances nasceram mais proximos do seu primitivo scenario (22). Em Hespanha circularam romances sobre Affonso Henriques, Egas Moniz, Santa Isabel, Ignez de Castro, os Duques de Bragança D. Fernando II e D. Jayme, e o rei D. Sebastião, sobre as batalhas de Aljubarrota e de Toro e sobre pleitos de fronteiras com Affonso X de Castella. Uns são populares, outros são popularizados dentre as obras de poetas conhecidos. Em Portugal o Cid e a batalha de Lepanto foram tambem memorados pelo povo. Da criação de romances orientaes de materia portuguesa algum indicio ha em Diogo do Couto; e da provavel entrada de lendas indianas no caudal imaginesco dos portugueses acaba o Prof. David Lopes de propôr uma plausivel hypothese, a da Ilha dos Amores (23).

Para quem veja no meu esboço de theoria apenas uma defeza nova da theoria romantica de coordenação de rhapsodias, estes dados serão insufficientes, mas elles completam-se ou ampliam-se por uma coisa vantajosamente equivalente a essa atomisação: quando se apontem as fontes textuaes dos *Lusiadas*, como fez o eminente Prof. José Maria Rodrigues, devemos ver nessas coincidencias formaes menos suggestões estylisticas ou uma reconstituição benedictina da bagagem livresca de Camões do que os rastos do aproveitamento feito por elle de valores creados já e acatados pela imaginação collectiva, que fallava pela linguagem pictorica e engrandecedora de João

(22) V. Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, Lisboa, 1906-1909, 2.º vol., pag. 356, onde se reproduz um trecho dum romance luso-indiano sobre a victoria de Salsete.

(23) V. "A Ilha dos Amores" num conto oriental arabe, David Lopes, na revista *Portucale*, n.º 14, Porto, 1930, pags. 65-83.

de Barros, Francisco de Moraes, Lopes de Castanheda, Falcão de Rezende, Duarte Galvão — valores que também não eram creados por estes auctores. Ninguém poderá negar que os episodios dos Doze de Inglaterra e do Adamastor sejam uma condensação symbolica e megalosica de cyclos lendarios bem conhecidos: o da Tavola Redonda e o do Mar Tenebroso, ainda que se não possa apontar um conjuncto de composições populares como directos predecessores da materia desses episodios (24). O mundo lendario, conjuncto das deformações produzidas pela imaginação artistica e pelo rudimentar sentido logico e judiciario da mente collectiva, não cabe todo nos romances populares, nem reveste só a forma rythmica. E a imaginação do poeta collaborou ainda nessa deformação symbolosica, recebendo o influxo dynamico dos proprios motivos, como nos episodios do sonho de D. Manuel I e do Velho do Restello. Até neste caso o trabalho collectivo foi maior do que se supporá. O Prof. J. Leite de Vasconcellos recordou um possivel antecedente de realidade, não de lenda, o que hoje se chamaria um dado ou informe de reportagem; pois se abandonarmos o tradicional conceito da critica de fontes como busca de coincidencias estylisticas, encontraremos que antes de Camões a mythisação da popular voz de protesto contra as aventuras maritimas fizera já seu caminho (25).

Surge Camões e reverte á vida de juventude perenne o que estava maduro para essa metamorphose e para essa crys-

(24) O Dr. Arthur de Magalhães Basto publicou um manuscrito, que se guardava na Bibliotheca Municipal do Porto, sob o n.º 87, e que é uma narrativa em prosa dos feitos cavalleirescos dos Doze de Inglaterra: *Relação ou Chronica breve das Cavallarias dos Doze de Inglaterra (ms. quinhentista da Bibliotheca Pública Municipal do Porto)*, Porto, 1935, LXXX — 144 pags., precedida de um magistral estudo bibliographico e historico. Esta publicação proporciona um importante elemento novo á these, que defendo: antes de Camões, já a historia dos Doze de Inglaterra estava estheticamente elaborada e circulava com tanta destrição e clareza de pormenores que a fixação em prosa de auctor anonymo e a elaboração poetica de Camões quasi coincidem.

(25) O Dr. Leite de Vasconcellos crê que o episodio camoneano do Velho do Restello se baseia num passo da *Asia* de João de Barros: "Fallando da partida da expedição, diz o nosso historiador: "Todolos que estavam prontos na vista d'elles (dos expedicionarios)... começarão de... lançar juizos, segundo o que cada um sentia d'aquella partida (Decada I, Liv. IV, cap. 2)". Camões passou tudo isto para as vozes do velho". Veja-se o artigo *O plano dos Lusíadas*, reproduzido na edição escolar do poema por Arthur Viegas, pseudonymo do fallecido P.e Antunes Vieira, e o Appendice V ao presente livrinho.

tallisação em organismo esthetico, praticando um processo rigorosamente paralelo ao do mundo folclorico, mas pairando sempre numa atmospheria superior de individualidade e cultura.

Deste esboço de theoria, cuja documentação principal re-lego para os appendices deste livrito, dois corollarios importantes se deduzem, a saber:

a) — *Uma comprehensão melhor da carencia de epopêa nacional das navegações na litteratura hespanhola, apesar da primacial significação da conquista e colonisação da America na historia de Hespanha.*

Não faltam na litteratura de lingua castelhana os poemas heroicos de typo classico ou renascentista, como demonstra o quadro seguinte para o primeiro seculo classico:

- 1516 — *Historia Parthenopea*, Alonso Hernández;
- 1556 — *Carlos Famoso*, Luíz Zapata;
- 1569 — *La Araucana*, Alonso de Ercilla (26);
- 1570 — *Elegias de varones illustres de Indias*, Juan de Castellanos;
- 1584 — *Austriada*, Juan Rufo;
- 1586 — *Las Lágrimas de Angélica*, Luís Barahona de Soto;
- 1588 — *El Monserrate*, Cristobal de Virués;
- 1596 — *El Arauco domado*, Pedro de Oña;
- 1597 — *La Araucana*, continuação do poema homonymo de Ercilla, Diego Santiesteban Osorio;
- 1603 — *Conquista de la Bética*, Juan de la Cueva.

Mas todos estes poemas, hoje pouco lembrados, pertencem ao genero secundario da poesia narrativa ou chronica rimada; o de Juan de Castellanos esteve em boa prosa até ao momento em que o auctor se decidiu a acceitar a indicação de alguns amigos e maus conselheiros para metrificar a sua narrativa. Nenhum destes poemas repetiu o processo genetico dos *Lusiadas*, ainda que lograssem alguns grande estima em seu tempo; os de Ercilla, Rufo, Barahona de Soto e Virués mereceram ser poupados ao auto-de-fé que o barbeiro e o cura fazem da livraria de D. Quixote (pag. 231 da ed. Rodríguez Marín de 1927-28).

(26) Da *Araucana* as 1.^a e 2.^a partes imprimiram-se em Lisboa, 1582, em casa de Antonio Ribeiro. Seria causa da não impressão da 3.^a parte a allegação, que nella intempestivamente faz Ercilla, dos direitos de Philippe II á corôa de Portugal?

A miragem do Oriente communicou-se a Castella, mas á ultima hora, por suggestão dum aventureiro de genio sobre o animo clarividente de Isabel, a Catholica, desse Colombo que foi na historia como um passaro portador de pollenes fecundos de uma arvore a outra (27). O descobrimento de Colombo foi uma aventura maravilhosa, não foi a coroação dum longo e doloroso esforço collectivo, não suscitou immediatos enthusiasmos, não determinou a atmospherá creadora dum mytho nacional. Esta é a razão por que a Hespanha não teve uma epopêa dos descobrimentos, apesar da sua abundancia de poemas heroicos: nunca os descobrimentos geographicos e em especial o achado da India por mar foram na imaginação dos castelhanos, na sua economia e na sua politica, o que foram por longo tempo para os portuguezes. Quando os criticos hespanhoes e hispano-americanos propõem a *Araucana*, de Ercilla, como o paralelo, hespanhol e para o mundo occidental, dos *Lusiadas*, incorrem num equivoco de visão, porque o merito e a causa da estima da *Araucana* residem no seu americanismo ou indianismo, isto é, em ter chamado, em pleno seculo XVI classico, ao quadro dos themas da arte litteraria a paisagem americana e a vida india — o que, na littêrtura de lingua portuguesa, Antonio Diniz, Santa Rita Durão e José Basilio da Gama só fariam na segunda metade do seculo XVIII com as suas *Metamorphoses*, o seu *Caramurú* e o seu *Uruguay*. Em Hespanha o ambiente favonio para a criação dum mytho heroico de significação nacional é anterior à Renascença e estranho ás emprezas geographicas, é da epocha da Reconquista e só sahiu da phase da atomisação anonyma, romances, balladas, lendas, canções de gesta em tôrno do Cid, com o *Cantar de Mio Cid*, do seculo XII. Deixemos, por agora, o problema da anterioridade ou posterioridade desse cyclo cideano em relação ao poema. A these do Menéndez Pidal, que faz derivar os romances da dissolução da epica, não contraria a doutrina de que a epopêa celebra litterariamente o que já antes a imaginação collectiva celebrára e consagrára. O trabalho de mythisação da aventura colombina tem sido posterior, deriva da importancia economica e politica alcançada pela America no mundo, dura ainda e tem dado thema a muitas glosas litterarias de varios

(27) Recorde-se aquelle passo de Angel Ganivet: "Nosotros descubrimos y conquistámos por casualidad, con carabelas inventadas por los portuguezes, llevando por hélice la fé y por caldera de vapor el viento que soplabá". V. *Hombres del Norte y El Porvenir de España*, pag. 108 da ed. de 1926.

generos, em tempos que passou já a publica receptividade para a epopêa classica, de typo homerico e virgiliano.

b) — *Apesar da sua abundancia bibliographica, a poesia epica portuguesa não é um cyclo, reduz-se ao poema Os Lusíadas.*

Só com o poema de Camões se verificou o processo de genese das epopêas; todos os outros poemas portugueses de intenção heroica, do fim do seculo XVII ao meado do seculo XIX, são chronicas versejadas, poemas narrativos, panegyricos biographicos em metro — porque o poeta, com ou sem genio, não cria a materia epica, a qual, recordarei, é obra collectiva e anterior á sua individual coordenação ou crystallisação artistica. Frequentemente, o poeta, obedecendo só á sua preferencia pessoal, chega a contrariar a propria indole da epopêa, tomando themes anti-epicos. Tal foi o engano de Luiz Pereira Brandão ao elaborar a sua *Elegíada* sobre a perda de D. Sebastião em Marrocos, e de Jeronymo Côrte Real, ao tomar o naufragio de Sepulveda; a epopêa é, fundamentalmente, a apologia da victoria, porque nasce do orgulho do vencedor e duma super-excitação cruel do heroismo collectivo. Foram os gregos que crearam a materia epica da *Iliada*, não os troyanos vencidos; foram os castelhados que endeusaram o Cid e crearam o romanceiro, não os aragoneses, nem os mouros. Mais se approximavam, pela affirmação voluntariosa de individualidade e pelo triumpho, Viriato e Nun'Alvares do mundo lendario; e o segundo alguns passos deu atravez da imaginação popular, no romanceiro portuguez, até chegar á beatificação, que é uma equivalencia christã da mythisação. Mas, litterariamente, Viriato e Nun'Alvares ficaram no caminho; não chegaram a crystallisar na linguagem commum e desfiguradora dos mythos e symbolos, e não tiveram seus Homeros ou Camões. Rodrigues Lobo, no *Condestabre*, carece de espirito heroico e Braz Garcia, glosando um thema esquecido no seu *Viriato tragico*, que não fallava á emoção popular, deveu só á materia contemporanea e pessoal, á paizagem beirã e ao realismo de directa observação o interesse que nalgumas estancias e nalguns episodios lhe encontram os leitores modernos.

* * *

O segundo problema, que o exame do elencho de poemas portugueses da era classica nos propõe, é o do criterio de nacionalidade na litteratura. Já o discuti um pouco noutro lugar: *Estudos de Litteratura*, 2.^a Serie, 1918, pags. 71-82. Hoje, poderei condensar um pouco mais claramente o meu pensar.

Se a litteratura fosse considerada, á maneira germanica, como o repositorio dos documentos escriptos da mentalidade dum povo, o criterio a adoptar seria apenas o da nacionalidade dos auctores: deveria ser archivado pela historia da litteratura portuguese quanto foi escripto por penna portuguese. Mas deste modo comprehende-se na litteratura toda a actividade bibliographicamente documentada e oblitera-se um caracter essencial da litteratura, o de forma de arte, o da lingua artisticamente trabalhada. Pecca, pois, por excesso.

Se o conceito de litteratura se restringe pela condição de uso artistico da lingua, então é o criterio linguistico o que prevalece e será português só o que em português foi escripto, embora algumas vezes por pennas não portuguesas.

Mas neste caso, desconhecemos um facto inilludivel: a existencia de varias litteraturas nacionaes, expressas numa mesma lingua. Exemplos: a portuguese e a brasileira em português; a hespanhola e as hispano-americanas em castelhano; a inglesa e a norte-americana em inglês; a franceza, a belga e parte da suissa em francês. E', portanto, um criterio ainda excessivamente comprehensivo.

Antes da lingua, ha outra realidade: a alma, o espirito nacional que a cria, a trabalha e idealisa, como o objecto é anterior á sua imagem no espelho. O exclusivismo da lingua impediria o reconhecimento duma litteratura suissa e duma litteratura tcheca expressões dum mesmo espirito nacional em linguas varias. Em Portugal, tal criterio excluiria a actividade castelhanisante de alguns escriptores typicamente portugueses e toda a producção portuguese em latim e outras linguas.

Solução para esse difficil problema das fronteiras litterarias: recordar que a litteratura é a elaboraçao artistica duma lingua por um espirito nacional continuo e necessitado de expressao, mas não desprezar as contribuicoes em lingua estranha, quando ellas representam mais a intromissao dum espirito nacional noutra lingua do que a assimilacao dalguns exoticos temperamentos artisticos por essa outra lingua, incorporando-os á essa tradiçao propria.

Mesmo escrevendo em castelhano, Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Faria e Sousa são fielmente portugueses; D. Francisco Manuel de Mello é alternadamente português e hespanhol, porque, escrevendo em castelhano de coisas hespanholas, em prosa de castiço corte hespanhol, assimilou-se á idiosyncracia hespanhola, pelo que é classico nas duas historias litterarias. Mas que ha de português em Mattos Fragoso e tantos outros auctores, alguns muito secundarios, enumerados por

Garcia Peres (28)? Não pode haver uma regra geral; é necessario considerar e estudar cada caso particular, isto é, buscar a essencia nacional, a significação intima da obra, o que contem de espirito e de intuito nacional. E' evidente que esse processo se tornará delicado e contingente, mas nesse genero de estudos a peça principal é a agudeza do critico.

Se deste ponto de vista se analysasse todo o elencho de poemas de auctores portugueses e hespanhoes acima apontado, seria elle reduzido pelo criterio de nacionalidade litteraria, que endereçaria varios desses poemas ao anonymato da litteratura hespanhola, posto que escriptos por autores portugueses, ás origens das litteraturas americanas, ainda que versejados em castelhano e em português, e ao departamento da litteratura fraccassada, que não expressa nada e não conquista leitores, os redigidos tardiamente em latim (29).

(28) V. *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, Madrid, 1890, XIII — 660 pags.

(29) Voltei a discutir este thema em *Pyrene (Ponto de vista para uma Introducção á Historia Comparada das Litteraturas Portuguesa e Hespanhola)*, Lisboa, 1935, cap. III, *Nacionalidade litteraria*, pags. 16-22. A minha formula seria agora: "... litteratura é a expressão artistica d'um espirito nacional numa lingua nacional". (Pag. 17).

II

SUMMARIO: Juizo sobre os poemas quinhentistas: Pedro da Costa Perestrello. — Jeronymo Côrte Real. — Luiz Pereira Brandão. — Francisco de Andrada. — Alguns caracteres communs.

A respeito de Pedro da Costa Perestrello, como poeta epico, só ha uma tradição. O seu poema *Descobrimento da India* teria sido destruido ainda em manuscrito, após o deslumbramento causado pela apparição dos *Lusiadas* — di-lo Faria e Sousa, repete-o Barbosa Machado e duvida Costa e Silva. A *Batalha Ausonia*, em torno da batalha de Lepanto, como a *Austriada* de Juan Rufo e a *Felicísima Victoria* de Côrte Real, está perdida, mas teria sido vista ainda por Barbosa Machado, que della cita os versos iniciaes e terminaes:

La Santa Liga de Cristianos canto,
De Austria las armas, y el varón potente
Etc....

Unida destes Principes la mano
Los sceptros partirán del Otomano
Etc....

(*Bibliotheca Lusitana*, III, pag. 571).

E' Jeronymo Côrte Real (1540-1588), da familia dos descobridores e colonisadores da Terra Nova, quem abre a lista dos poemas heroicos ainda conservados; aos seus illustra-os elle mesmo, que cultivava artes varias: a da guerra, a musica, a pintura, a poesia. Uma convergencia regressiva, porque já não expressa aquella excitação genial da personalidade no começo do seculo. Do poema de Camões nada direi aqui, porque delle me tenho occupado em lugares varios (30).

(30) De Camões me occupei anteriormente nos seguintes lugares: *Historia da Litteratura Classica*, Lisboa, 1917, pags. 253-291 da ed. de 1922; *Camões as a lyric poet* e *Camões as a epic poet*, pags. 287-305 e 217-229 de *The Romanic Review*, New York, Columbia University, 1925 e 1926; *Torre de Babel*, Lisboa 1925, pags. 75 — 97; *Camoens*, Madrid, 1928, 214 pags., ed. Voluntad.

Os escassos dados documentares sobre a vida de Jeronymo Côrte-Real devem-se a Antonio Francisco Barata, *Subsidios para a biographia do poeta Jeronymo Corte-Real*, Evora, 1899, e a Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos Portugueses nos seculos XVI e XVII*, Lisboa, 1900, Parte II, pags. 153-183.

O seu *Segundo Cêrco de Diu*, de 1574, dá pela proximidade com os *Lusiadas*, um exemplo flagrante do contraste, que ha entre uma verdadeira epopêa nacional e um simples poema narrativo. Como os *Lusiadas*, é dedicado a D. Sebastião, “invictissimo Rey” já nas vespêras da fatal jornada á Africa, mas desdenha a mythologia pagã, quer no entrecho que, preoccupadamente historico, se apresenta livre de toda a immixtão dos deuses do Olympo, das suas protecções e das suas animosidades, quer na invocação, que é dirigida a Jesus — na verdade menos generoso para Côrte-Real que as Tagides para o seu creador:

Deixo o monte Parnaso e a Cabalina
 Fonte, tam celebrada noutro tempo,
 Deixo Apollo e Minerva; deixo as Musas
 Que os antigos Poetas invocarão,
 Nam alcançando o bem tam verdadeiro
 De nossa Fé sagrada, e luz divina.
 O gram Calvario invoco, invoco a fonte
 Do Sanctissimo Sangue nelle aberta:
 Onde foram lavadas nossas culpas:
 Onde foram remidas nossas almas.

(Pag. 2 da ed. de 1784).

A materia é o assedio soffrido em 1546 por D. João de Mascarenhas, governador da praça de Diu, sendo governador geral o insigne D. João de Castro, feito memoravel pela desproporção das forças e pela tenacidade sobrehumana da resistencia dos sitiados. Essa façanha cria-a o auctor já esquecida por falta de consagração poetica: “. . . cousas dignas de ficar em eterna memoria, por outra habilidade mais sutil e mais viva que a minha. As quaes todas estavam postas em esquecimento; não por falta de engenhos, que muitos ha nesta terra mui delgados e cheios de prudente artificio, mas por culpa do tempo que tem as cousas chegadas a termos que ha por mal empregado o trabalho em escrever cousas tão dignas e merecedoras de louvor. . .” (Pag. VI).

Estas linhas traduzem uma falsa presumpção sobre a genese da epopêa: a sua materia nunca está esquecida, porque está popularisada em mytho; o poeta epico não inventa a materia epica, porque o seu papel é somente o de recebê-la inte-

gralmente elaborada e valorizada na mente collectiva, para a coordenar e fixar numa immortal expressão artistica. Mas Côrte Real já se approxima do mundo de ideas, lendas, juizos e valores, que determinou os *Lusiadas*, quando recapitula o velho conceito da superioridade das façanhas reaes dos portuguezes sobre as proezas lendarias dos velhos tempos heroicos: "Por sem duvida tenho que, se Virgilio tratara dos verdadeiros vencimentos dos portuguezes (assim em Portugal como na India), como escreveu os fabulosos de Eneas, fizera emmudecer e pasmar aos que depois de nós no mundo sucederão". Esta ufania nacionalista, como agora se diz, verdadeiro lugar common de todo o seculo XVI, que significa senão a consciencia dum povo que sente haver creado todo um cyclo de lendas, com que se compõe um mundo superior de heroes, com a estatura de deuses, mundo sagrado, não por immemorial como o homerico, mas por ter sido principio e causa duma nova era histórica?

Mas a preocupação chronistica, toda de fidelidade, é de processo inverso ao da imaginação épica, toda desfiguradora ou acatadora da desfiguração ou simplificação collectiva. Como os homens publicos de hoje têm uma personalidade social muito diversa da sua verdadeira individualidade, quantas vezes contradictoria daquella por ser tecida das reacções provocadas pelos seus actos e palavras sobre o sentir collectivo, assim os heroes pairavam sobre a historia verdadeira, levitados por um esforço de recreação social. Côrte Real não se dá conta disso: "E trabalhei por haver á mão as mais certas e verdadeiras informações que se puderam achar em homens de muito credito, que ao trabalho deste cêrco foram presentes. E se não nomear todos os fidalgos e soldados que neste cêrco se acharam, não é a culpa minha, mas não pude haver os nomes de todos, ainda que com muita diligencia o procurei." (Pag. VI).

Isso imprime character anti-epico ao seu poema, que, verdadeiramente, é uma chronica metrificada em decasyllabos brancos, fechada dentro dum parenthesis de ficções: a de abertura, o sonho do rei de Cambaya, que o determina a levantar exercitos e sitiar a praça de Diu; e a de fecho, o sonho de D. João de Castro, que é conduzido ao templo da Victoria pelo Merecimento, "maltratado no traje", onde é coroado e onde pode ver, explicadas pelo seu guia, as pinturas das glorias de Portugal em Africa e no Oriente, e em prophetica representação os triumphos de D. Sebastião, imperando sobre Africa, Europa, Asia, personificados em três "gigantes", que se prosttram junto aos degraus do throno.

Dentro do parenthesis flue a narrativa, fiel nos episodios e na chronologia, prolixa porque nada nos poupa na sua fidelidade sem arranjo ou relevo artistico, exceptuando o discurso de D. João de Mascarenhas aos seus officiaes (Canto IV). Se não fosse escasso o intervallo entre a publicação dos *Lusiadas* e este *Segundo Cêrco de Diu*, intervallo facilmente gasto no processo das licenças para a publicação e na impressão, não seria illicito attribuir algum proposito anti-camoneano á obra de Côrte Real.

A sua christianisação do poema heroico, de que Francisco José Freire fixará a theoria em 1748, não seria uma replica ao paganismo dos *Lusiadas*? Considerar como em esquecimento o segundo cêrco de Diu não será um remoque para Camões e um choque do criterio chronistico com o criterio epico? Camões repetidamente nomeia Diu e as façanhas guerreiras, de que a pequena praça foi teatro; mas com a sobriedade duma grande obra, organicamente travada numa estrutura esthetica (Canto II — est. 50; Canto X — est. 35, 60, 61, 62, 64 e 67)

Reminiscencias positivas dos *Lusiadas* no *Segundo Cêrco de Diu*? O sonho do rei de Cambaya desempenha o mesmo papel que o sonho de D. Manoel I, em Camões, porque determina toda a acção; a falla de Mascarenhas corresponde á falla de Nun'Alvares antes de Aljubarrota; o artificio das pinturas, visões e prophecias do tempo da Victoria, explicadas pelo Merecimento, corresponde aos expedientes artisticos de Camões para nos evocar toda a historia portuguesa, anterior e posterior á viagem do Gama e não comprehendida na oração deste ao rei de Melinde, isto é, ás pinturas das bandeiras dos navios, explicadas em Calicut, por Paulo da Gama, e ás prophecias de Thetys na Ilha dos Amores.

Não falta a vizinhança com o mundo sideral:

Isto dizendo

Amostra-lhe phantasticas imagens,
E em sombra vã mil formas quasi vivas.
Moviam-se per hús alegres campos,
Onde o sol se mostrava com mais clara
E com mais pura luz, onde os Planetas
Prenosticam bês futuros...

(Pag. 427).

Os versos breves, que nas prophecias referem a viagem de Vasco da Gama, não trahem vestigios dissimulados da suppremanente expressiva linguagem camoneana?

Dizendo estas palavras, vira o rosto,
 Amostrando co'a mão o grande oceano.
 Disse: vês acolá quatro soberbas
 Naos, que com força as ondas vão rompendo,
 Passando varios climas e caminhos,
 Nunca d'antes tratados? Ali segue
 O bom Vasco da Gama o seu felice
 E prospero destino. Passou grandes
 Trabalhos, navegando por incertos
 E perigosos mares, descobrindo
 As riquissimas partes do Oriente.

(Pag. 367).

A batalha de Lepanto, de 1571, em que a victoria de D. Juan D'Austria pôs um triumphal desfecho á Liga Mediterranea contra os turcos, suggeriu a Côrte Real outro poema narrativo, que em 1574 estava concluido, porque é de novembro de 1574 a carta em que Philippe II lhe agradece a remessa da obra, cujo autographo se guarda, por isso, em Madrid, na Bibliotheca Nacional (Manuscripto n.º 3693). A edição só se fez em 1578.

Dos successos commemorados nos poemas heroicos hespanhoes a batalha de Lepanto foi o unico de grande resonancia na Europa, mas sem a originalidade renovadora do descobrimento das Indias; pelo contrario, o seu character de episodio de cruzada, duma cruzada serôdia, deu-lhe um significado anti-renascentista ou medieval. A sua importancia só muito posteriormente foi julgada de modo certo, quando a perspectiva historica no-la mostrou como episodio crucial da installação do definitivo predominio da raça branca e da religião christã na Europa.

Mas o povo guardou-o na memoria, por largo tempo. Ainda, nos tempos que passei em Hespanha, o povo biscainho de Elorrio commemorava a grande batalha naval, por occasião das festas de Nossa Senhora do Rosario, com exercicios militares pelo piquete chamado dos *Errebambillas*, com uniformes caracteristicos.

E' este o primeiro dos nossos poemas heroicos em lingua castelhana; não receberia menção, se não offerecesse a particularidade de infringir o frio realismo chronistico do *Segundo Cêrco de Diu*: os deuses intromettem-se na acção e a victoria é obtida com o auxilio decisivo de Venus, que a D. Juan d'Austria confia armas invenciveis, forjadas por seu marido Vulcano. O heroe é protegido por Venus, que perfilha a sua causa e por ella pleiteia, voando de esphera em esphera, como nos *Lusiadas*, a proteger uma empresa que nada tinha de pagã.

E quando quer estimular os seus novos pupillos, a deusa aponta-lhes exemplos varios de heroismo, já lendario, já historico, sem esquecer basta materia lusitanica, da India principalmente.

Nesta obra coexistiam o nacionalismo e o castelhanismo do poeta, filho de hespanhola e orgulhoso da ascendencia materna. Com esse orgulho se justifica do uso da lingua castelhana: "La lengua y frasis castelhana escogi; aunque murmurado y arguido de algunos de mi patria: con los cuales no me ha valido decir que los Mendoças y Baçanes de Castilla, abuelos mios, a ello me dan licencia, cuya sangre en un mismo grado me fuerça y obliga quasi con igual razon".

Parece que o amúo de Jeronymo Côrte Real com as divindades do Olympo era só quanto ao seu dom de inspirar poetas, porque no *Naufragio de Sepulveda*, se endereça a sua invocação a Jesus, não deixa de misturar esses deuses decorativos as personagens e á fabula narrada nos longos dezoito cantos de metro vario: decasyllabo branco, oitava rima e terceto italiano. Em geral, esses dois ultimos metros são para discursos, contos e correspondencia epistolar; formam a parte mais preoccupadamente litteraria do seu poema, mas essa "litteratura" não lhe deu vantagem apreciavel sobre a narração singela do naufragio, como se contem na *Historia tragico-maritima*. E era a perda do galeão grande *S. João*, em 1552, junto da Costa do Natal, na Africa do Sul, em circumstancias tão dolorosas, verdadeira materia epica? O poema foi composto em dois tons: o lyrico, quando conta ou canta os amores de Leonor de Sá e Manuel de Sepulveda na India, a lucta de Leonor contra a vontade paterna, os contra-tempos e perseveranças dos namorados fieis; e o tom tragico, quando nos descreve os soffrimentos dos naufragos entre os cafres, depois de abandonado o galeão, logo desfeito pela tempestade. E' bem uma brusca reviravolta da fortuna para despertar o terror e a compaixão, como queriam os theoricos da tragedia; é um intenso motivo tragico, mas não um motivo epico.

O genro do poeta, Antonio de Sousa de Abreu, que publicou o poema depois da morte do seu auctor, dedicando-o ao principe D. Theodosio, declarou que esse poema era a obra predilecta de Côrte Real: "... em sua vida lhe ouvi muitas vezes dizer que fôrá esta obra, que elle tinha por mais filha do seu engenho que algumas que fizera e em que mais cabedal de trabalho puzera". E é effectivamente obra de grande escrupulo litterario. A fonte principal deve ser sido a narrativa

pungente da *Historia Tragico-maritima*, mas os dados anteriores sobre a vida de Leonor de Sá, seu casamento clandestino com Manuel de Sepulveda, os rigores do pae, Garcia de Sá, os fracassados esponsaes com Luiz Falcão, capitão de Diu, e morte deste são d'outra proveniencia, talvez conhecidos por affinidades familiares, pois D. Leonor era parenta da esposa do poeta. Tambem, quanto á sorte dos filhos de Sepulveda, se aparta o poeta da versão da *Historia Tragico-maritima*, como se apartara Camões — este mais cuidadoso de accentuar a violencia da vingança do Adamastor que de fidelidade historica. Essa fidelidade historica de Côrte Real sahe mal parada das mãos de Camillo Castello Branco. O romancista era homem eruditissimo em linhagens esquecidas, manuscriptos que raramente puderam ser compulsados por outro estudioso. Uma fonte desconhecida não é, nunca, uma fonte fidedigna. Por isso deve ser posto de remissa o exame historico do poema, que nos deixou Camillo nas paginas da *Bohemia de Espirito*. Coisa para lamentar, porque devemos considerar o *Naufragio de Sepulveda* principalmente pelo seu interesse biographico. O que alli é superflua excrescencia é a artificiosa litteratura: a côrte de Raunusia na ilha da Vingança e seu cerimonial, a intervenção dos ciumes de Protheu, namorado de Leonor e empenhado na perda da nau que a transporta, a obrigada colaboração de Eolo na tempestade, as visões dos templos da Verdade e da Mentira nos sonhos de Sepulveda, etc. Não falta uma recapitulação da historia de Portugal, perfigurada em esculpturas numa caverna, aonde Pantaleão de Sá é conduzido inesperadamente em plena cafraria. Não nos perdoou tambem a descripção minuciosa do mundo, ao reconstituir o trajecto do Amor, mensageiro de Venus, intercedendo pelos perseguidos:

Levanta-se voando em grande altura,
 Tão colerico que perde o tino
 Do caminho, que leva, abaixa os olhos
 Ao globo & grave machina do mundo.

O maravilhoso, adorno obrigado nos poemas heroicos, fez do *Naufragio de Sepulveda* uma coisa hybrida e confusa, ao passo que a quasi ausencia delle deixou o *Segundo Cerco de Diu* mais proximo da sua pureza de chronica metrificada. O tom duplo da obra, ora lyrico, ora tragico, e o pensamento de advertir da volubilidade dos estados da fortuna estão a denunciar uma atmospheria moral muito diversa do optimismo heroico e vencedor, de que nasce a verdadeira epopêa.

Tal atmosphera adensa-se na *Elegiada* de Luiz Pereira Brandão, que, chamado por D. Sebastião para cantor das suas glorias marroquinas, foi pelo destino convertido em chronista plangente duma derrota — derrota em que tambem elle fôra feito captivo, como Diogo Bernardes. Brandão delineou um poema lugubre, Bernardes endereçou á Virgem versos de grande uncção, imitados de Frei Luís de León. Foi o segundo que achou mais idoneo vehiculo para a sua-dôr.

A *Elegiada* é, em dezoito contos, uma chronica rimada do reinado de D. Sebastião, desde a regencia de D. Catharina d'Austria até ao regresso a Lisboa dos restos da desastrosa expedição, chronica feita com grande escriptura no registro da verdade.

Agora as desgraças portuguezas, como outr'ora as victorias excediam as victorias fabulosas, sôbre-passavam as desgraças fabulosas:

Cante Homero o que chorou Dardania;
Cante depois Virgilio o amor de Dido,
Inventem damno da fatal insania,
Por seu nome mais engrandecido
Que eu choro o Rey da triste Lusitania
Sentido até das pedras sem sentido,
Cuja historia certa e dolorosa
Excede toda a outra fabulosa.

Era aquelle antigo sentimento de ufanía, de que o prologo do *Cancioneiro Geral* é talvez a primeira confissão, mas invertido já no seu objecto: ao orgulho de vencer succedia o orgulho de soffrer.

Ha na *Elegiada* algumas descripções com certa vivacidade e bom acabamento, como a de Cintra, e episodios de algum interesse exotico, tomados da vida mourisca. Essas estancias de typismo berber e os passos de Corte Real sobre os festejos indianos do casamento de Leonor de Sá representam, entre nós, o alvorecer da côr local e do gôsto do pittoresco.

Repete-se neste poema o artificio de buscar pretexto para uma narração da historia nacional, commentada á luz do espirito heroico e do ardor proselytista. Agora é um eremita, que no canto I, na serra de Cintra, dá uma extemporanea lição de historia e patriotismo ao joven rei. O outro artificio dilecto dos poemas heroicos, o sonho, é tambem posto á prova: é D. Sebastião que em sonhos vê e ouve a Vangloria a exhorta-lo para que se empenhe em grandes empresas bellicas em defeza da fé.

A assembléa oratoria das grandes occasiões apparece na *Elegiada* com a forma de concilio das divindades infernaes.

E chegamos a Francisco de Andrada, chronista de D. João III e cantor do primeiro cêrco de Diu. A pequena ilha de Diu, com duas leguas de comprimento e meia legua na sua maior largura, povoada de pescadores, foi promovida a altos destinos com a chegada dos portuguezes á India, que d'ella fizeram uma feitoria mercantil e um imprescindivel appoio naval. Os combates feridos nas suas aguas por D. Francisco de Almeida, as tentativas de toma-la por Diogo Lopes de Sequeira e Henrique de Menezes, o accôrdo final para a construcção da fortaleza, conseguido por Martim Affonso de Sousa e Nuno da Cunha, os dois cêrcos no tempo dos governos de Antonio da Silveira e D. João de Mascarenhas, 1538 e 1546, a prodigiosa viagem de Diogo Botelho, que veiu a Lisboa numa fusta de menos de cinco metros para participar a D. João III o levantamento da fortaleza, o jubilo do papa Paulo III que solemnizou publicamente a façanha — envolveram a pequena ilha numa aureola de epopêa e dêram-lhe tal relevo que a imaginação nacional não se contentou com o lugar que lhe fizeram Camões nos *Lusiadas* e outros auctores nas chronicas. Diu tinha fóros e preeminencias para thema exclusivo de epopêas; assim comprehenderam Côrte Real e Francisco de Andrada, e assim o cumpriram.

Deslocadas as attenções para o occidente, com a entrada da America na historia e com a sua surprehendente valorisação economica, deslusitanizada a India pelo dominio inglês, o valor estrategico e mercantil de Diu passou a vaga reminiscencia dum vago mundo heroico, de que restam abandonadas ruinas. São façanhas mal recordadas da historia, como os poemas que as exaltam são valores quasi mortos na litteratura. Só Mendes Leal, já no seu tempo um archaisante, queria que nós assestassemos as peças de Diu contra os navios de Napoleão III... De obras de arte, estes poemas, perdida a sua capacidade emotiva e o seu interesse humano, passavam para o rol das fontes historicas acataveis, porque Francisco de Andrada e Jeronymo de Côrte Real foram escrupulosos ao urdir as suas narrativas metrificadas e porque o tropeço dos artificios poeticos, discursos, maravilhoso pagão ou christão, facilmente se elimina. Os vinte cantos do *Primeiro Cêrco de Diu* adoecem muito dessa preocupação de fidelidade minuciosa:

o vasto material historico, ao atravessar a imaginação do poeta, não soffreu a metamorphose simplificadorã e interpreta-dora que o volveria em obra d'arte. E se a imaginação collectiva mythisara esses longinquos successos, o poeta, com o mais anti-epico dos processos, restitue-os á escorreita realida-de historica.

Estes poemas, em que ha reflexões conceituosas e uma grande e nobre prosapia patriotica, são victimas — não das mais lastimaveis, consolemo-nos — da deslocação do rumo da historia: a America, berço de novas nacionalidades e potencia-lidades, veiu a produzir muito mais para o haver humano do que promettêra ou do que se poderia esperar na primeira de-cepção do descobrimento; e a communicacão com o oriente acabou por dispensar o longo rodeio do sul d'África e ratinou um tanto no alcance pratico das prodigalidades heroicas dos portuguezes na longa rota, achada por Vasco da Gama.

Qual a critica mais applicavel hoje a estas múmias da nossa historia litteraria? Nem a de Francisco José Freire, in-dagando se os processos obedeciam á technica do genero, com suas complicadas regras de qualidade e quantidade (V. *Histo-ria da Critica Litteraria em Portugal*, pags. 79-81 da 2.^a ed.); nem a de Costa e Silva, posto que mais afoitamente impressio-nista, commentando a boa ou má metrificacão e apontando uma ou outra belleza. Parece-me que se deveria julgar do seu poder de expressão, do seu relevo artistico e linguistico para com esse criterio de leitor desprevenido formar uma antholo-gia dos nossos epicos esquecidos. E não são de todo esqueci-dos, graças a Bento José de Sousa Farinha, que fez reimpri-mir alguns, e a José Maria da Costa e Silva, que leu e com-mentou varios d'elles (V. *Ensaio biographico e critico dos me-lhores poetas portuguezes*, Lisboa, 1850-1855, 10 vols.).

Em dois aspectos convergem estes poemas, e estas con-vergencias são outros tantos valores a salientar, porque, a meu ver, equivalem a verdadeiras creações collectivas em que os poetas fossem porta-vozes dum juizo geral, são imagens com-positas, das que se obtêm por sobreposição de desenhos varios do mesmo objecto: um constante modo de visionar, seriar, comprehender e symbolisar a historia portuguesa nos seus quadros de heroismo individual; e uma typica interpretação de Venus, como Quixota insoffrida a pleitear pelos aggrava-dos de amor e pelos que perigos grandes correm, levados pelo impulso heroico. E' sempre uma visão comoneana da historia

e uma interpretação camoneana de Venus. Este conceito heroico da historia nacional é um valor de cultura, que não poderá olvidar quem se proponha reconstituir a mentalidade dum portugûes do seculo XVI. E essa Venus portuguesa, não a deveriamos exhumar da adormecida mole poetica para a levantar ou reivindicar como um typico mytho portugûes, tão representativo como o sebastianismo ou o donjuanismo lyrico?

APPENDICES DOCUMENTARES

1.º — Angelo Poliziano e D. João II

Angelo Poliziano, tomado do entusiasmo e do deslumbramento suscitados pelos achados geographicos de D. João II, escreveu-lhe carta affectuosa e calorosa, no seu latim admiravel, na qual se propunha para o encargo de celebrar essas façanhas numa obra de historiographia apologetica, vestida das suas galas litterarias. Poliziano estava um pouco informado da vida lusitana, atravez das noticias que lhe proporcionavam seus discipulos portuguezes, entre os quaes se contavam Henrique Cayado, humanista illustre, e os três filhos do Chanceler-mór do Reino, João Teixeira. Theophilo Braga identificou um destes como sendo Diogo Gonçalves, citado em 1480, nas moradias de D. Affonso V. Era João Teixeira grandemente estimado pelo rei, que o nomeou para esse cargo de chanceler-mór nos termos mais carinhosos. Reproduzo adiante a carta da sua nomeação, cuja copia me foi amavelmente facultada pelo sr. Ayres de Sá, illustre historiador de Fr. Gonçalo Velho.

D. João II respondeu á proposta do humanista italiano com muito apazimento e promettendo enviar as chronicas e os materiaes necessarios para essa empresa tão grata ao seu amor proprio. E parece que o insigne humanista chegou a pôr mãos ao trabalho, porque nalguns dos seus biographos se encontram vestigios de tal obra. Na segunda edição das *Rime de Messer Angelo Poliziano*, Firenze, 1827, ha um prologo biographico, no qual se contem o seguinte passo: "L'Istoria pure avrebbe, non vi ha dubbio, riconosciuto in lui uno de'suoi padri e sostegni, se la prematura morte non gli avesse negato di scrivere i fatti di Giovanni II, Re di Portogallo, alla quale opera negli ultimi giorni della sua vita disegnava porre mano" (Pag. XI). Este êsboço biographico é anonymo, mas num *Avviso dello stampatore*, o editor agradece a assistencia de um Dr. Ciampolini — que poderá ter sido o redactor de tal esboço.

A obra de Bonafoux, *De Angelo Poliziano vita et operibus*, Páris, 1845, aponta entre os escriptos de Poliziano, perdidos,

inacabados ou ineditos, uma historia de D. João II de Portugal.

A biographia de Bonafoux editou-se em hespanhol, no catalogo dos livros do Marquez de Morante: *Catalogus librorum Doctoris D. Joach. Gomez de la Cortina, March. de Morante qui in aedibus suis extant*, tomo 5.º, Madrid, 1859. A referencia á obra é feita nos termos seguintes: “ su Historia de los emperadores romanos, de Juan rey de Portugal, y de los vizcondes de Milán” (Pags. 1062-3).

Que foi feito d’esse manuscrito? Pedi noticias á Bibliotheca Publica de Florença, procurei-os nos biographos mais auctorizados e nas edições annotadas das *Cartas*, mas em vão. Esse manuscrito não teria valor scientifico de obra historica, seria coisa no genero da chronica latina de D. Manuel I por D. Jeronymo Osorio, mas não era coisa desestimavel mesmo nesse aspecto puramente litterario, antes constituia um valioso pergaminho para o labôr geographico de D. João II.

Para documentar este curioso episodio, reproduzo, além da carta de nomeação de João Teixeira, o texto latino das cartas de Poliziano ao mesmo João Teixeira e ao rei, e o da resposta d’este. Esse texto latino da carta do rei e da sua resposta já foi publicado por D. Antonio Caetano de Sousa nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, Lisboa, 1742, vol. 2.º, pags. 162-166; Francisco de Sousa Loureiro, director da Academia de Bellas Artes, de Lisboa, recordou em 1843, num discurso official, esta correspondencia, e Rackzinski archivou essa allusão em *Les arts en Portugal*, 1846, pag. 166; uma traducção portuguesa, feita por Epiphaneo Dias, foi incluída por Theophilo Braga nos seus *Poetas Palacianos*, Porto, 1872, pags. 299-306; e a carta ao chanceller João Teixeira tambem não era desconhecida, porque foi transcripta em appendice á recente edição das eglogas de Henrique Cayado, publicada pelo Prof. Wilfred P. Mustard, da John Hopkins University. O texto latino, que reproduzo, foi copiado da edição de Ludguni, 1536, d’um exemplar da Bibliotheca Nacional de Madrid, que por curiosa coincidência pertenceu a um português, que o annotou em sua lingua, talvez André Machado, que assigna no frontispicio. A elegante e fiel traducção portuguesa, que publico, foi expressamente feita, a meu pedido, pelo sr. P.e Francisco Rodrigues, illustre historiador e meu antigo collaborador, muito prezado, na *Revista de Historia* (1912-1928), a quem consigno o meu rendido agradecimento.

A carta a D. João II contem ideas typicas do ambiente de formação lendaria do Renascimento português. Uma critica de fontes, mais attenta ás coincidencias estylisticas do que ao ambiente espiritual, poderia aponta-la como fonte dos *Lusiadas*, quanto a alguns conceitos, por exemplo, a superação das façanhas dos antigos pelas dos portugueses e a necessidade de as celebrar litterariamente. Costa Lobo esqueceu-se de a citar como documento da atmospheria de ideas, que elle via symbolisada em certo permenor do *Juizo Final*, de Miguel Angelo (V. *Portugal e Miguel Angelo Buonarroti*, Lisboa, 1906).

A) Carta de nomeação de João Teixeira.

“D. João, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que havendo nós respeitos aos muitos e especiaes serviços que o Doutor João Teixeira, do nosso conselho, tem feitos a el-rei meu senhor e padre, que Deus haja, e a nós, e querendo-lhes em presente galardoar, como a todo virtuoso principe pertence fazer áquelles que bem e lealmente os servem, e havendo, isso mesmo, consiraçã á sua auctoridade, sciencia, saber, bondade, descripção e lealdade, que, para os taes casos deve ser considerada, e querendo-lhe fazer graça e mercê, de nosso proprio moto, certa sciencia, poder absoluto, sem nolo elle pedir, nem outrem por elle, temos por bem e o fazemos nosso chancellor mór e de nossos regnos, por quanto D. Alvaro, nosso primo, que o dito officio de nós tinha, havemos por nosso serviço que o não tenha mais. E queremos que o dito doutor, com o dito officio de nosso chancellor mór, tenha e haja totalas permennias, privilegios, proveitos, honras, franquezas e liberdades e auctoridade com que o tinha o dito D. Alvaro e o tiveram todolos outros chancelleres móres, que ante elle foram, de nossos regnos. E porem mandamos ao regedor, por nos, da nossa casa da Sopricação, e a todolos desembargadores della, e a outros quaesquer officiaes e pessoas a que o conhecimento deste pertencer, per qualquer guisa que seja, e esta nossa carta for mostrada, que hajam, d’aqui em diante, o dito Doutor João Teixeira por nosso chancellor mór, e outro algum não. O qual jurou em a nossa chancellaria, aos santos avangelhos, que, bem e como deve, obre e use do dito officio, goardando o nosso serviço e ao pouo o seu direito.

Dada em Santarem, primeiro dia de Julho, o secretario Affonso Garcez a fez, de mil e CIII lxxxiiij.

(Chancellaria de D. João II, Livro 23, fol. 139, Arquivo Nacional, Lisboa).

b) Texto latino.

Angelus Politianus Joanni Dei gratia invictissimo regi Portugalliae, & Algarbiorum, citra & ultra mare in Africa, dominoque Guineae S. D.

Quanquam nec fortuna mea, nec eruditio, nec ulla omnino virtus eiusmodi est, ut licitum mihi putem scribere ad te rex invicte, tanta me tamen dignitatis, splendoris, gloriaeque tuae, tantaque lau-

dum tuarum iam per omnium ora volitantium perculit admiratio, ut sponte sua calamus ipse meas exhibere tibi literas, testari animum, significare voluntatem, gratias agere denique totius aetatis nostrae nomine gestiat. Quae nunc virtutum tuarum pene caelestium beneficio iam cum vetustis saeculis, iamque cum omni fortiter audet antiquitate contendere. Nam profecto si brevitatis haec epistolaris, aut si ratio temporis pateretur ipsa me faceret audacem veritas, ut ostendere tentarem nullius unquam veterum nec laureas, nec auratos currus, cum tuis posse rebus, factisque, prorsus, immortalibus comparari. Ut enim quæ pene puer adversus impias Africae contumacis gentes praelia gesseris, ut fusos diversorum hostium validissimos exercitus, ut capta oppida vi, praedas abactas, impositas nationibus asperrimis leges, ut item domesticas artes, & decora pacis minime bellicis concessura praeterirem: quanta se mihi tandem rerum vix credibilium facies aperiret, si lacessitos, contractosque remigio tuo rudes, intactosque prius oceani tumentis fluctus commemorarem, despectas Herculis metas, redditum sibi ipsum, qui fuerat intervulsus, orbem terrarum, Barbariamque illam, ne rumoribus quidem nobis antea satis cognitam, fatuam, immanem, incultam, sine more, sine lege, sine religione, ferino prope ritu degentem, nunc humanitati, nunc vitae, nunc docilitati, & cultui, nunc etiam pietati restitutam? Porro mihi tum narrandi locus idoneus hic esset quantae nostris hominibus illinc invectae commoditates, quam larga compendia, quam multa importata vivendi subsidia, quanta etiam veteribus historiis accessio facta, quanta rebus antiquis olim sane vix credilibus adiecta fides, quantaque rursus eisdem sit admiratio detracta. Tum mihi etiam Plato ille magnus, & Aegyptiorum compares saeculo annales, omni mendacii suspitione forent absolvendi, cui de istius a te perdomiti Oceani magnis quibusdam exercitiis, non magno tamen assensu meminerunt. Ergo & Macedonem iure ingemuisse Alexandrum faterer, qui mundos adhuc alios suis restare victoriis suspirabat. Etenim quid tu aliud, obsecro, rex nobis, quam terras alias, mare aliud, alios mundos, aliaque postremo sidera non magis invenisti, quam ab aeternis tenebris, & a veteri pene dixerim chaos, rursus in hanc publicam lucem protulisti? Sed quorsum haec ego nunc tam multa? Nempe ut rogem non saeculi modo istius, sed omnis etiam posteritatis, omnium gentium verbis, ne perire rerum tantarum, neve intercidere consecrandam scilicet aeternitati memoriam patiaris, quin ferrea doctorum hominum, atque adamantina potius signari iubeas voce, quae nec aevi quidem tacite se volventis edaci dente consumitur. El cur autem qui virtuti laveas, non & comiti virtuti gloriae faveas? Aut cur unus generosi maxime spiritus, animique, rex, non hanc instabilem vitae humanae brevitatem, quae sic exigua spe, tenuique pendet, quaeque tam angustis limitibus concluditur, immortalis gloriae semper florentis curriculo promoveas? Cur non memoria rerum maximarum, vel ad successores tuos propagetur, ut praeclara ista facinora caritura semper exemplis, ad institutionem quoque ipsorum, regulamque proficiant? Cur non aliquam rogo formulam natis, nepotibusque deinceps tuis relinquant, nequis ab hac unquam perenni, contestataque maiorum virtute degeneret, cuius ad instar illorum potissimum regalis effingatur indoles? Cur non postremo caeteri quoque sub omni, qua latissime patet, ambitu caeli nascituri principes habeant ex te, si non quod imitentur, at certe quod admirentur? Nihil autem interest, utrum pul-

cherrimos quispiam filios gignat, nec cibus tamen enutriat, an ingentia edat facinora, nec literis tamen illustret. Absit hoc, absit excellentissime rex, ut tuae istae immortalitatae dignissimae laudes, in vasto illo nostrae fragilitatis acervo delitescant. In quo videlicet omnium labores obruti iacent, quicumque doctissimorum virorum suffragiis caruerunt. Memineris Alexandri, menineris Cæsaris, quae duo nobis praecipue nomina fastosa vetustas obiectat. Quarum videlicet alterius nobilis illa ad Achillis tumulum fertur exclamatio, fortunatum vocantis adolescentem, qui suarum laudum praeconem Homerum invenisset. Alter etiam in procinctu, ac pene in acie quoque ipsa, rerum suarum commentarios ita diligenter conficiebat, un nihil a quoquam tam putetur accurate perscriptum, quod non illorum purissima elegantia superetur. Hi tibi sunt igitur insequendi saltem rex optime, quos longo intervallo in coeteris antecellis. Atque id quidem tum denique vere a me, nec adulandi studio dictum intelleges, cum tute rex in temetipsum divinae mentis aciem reflexeris: cum tanti honoris, tantae maiestatis, tanti denique istius imperii pulcherrimos titulos intentis (quod dicitur) oculis perspexeris, quantum teneas in rebus humanis fastigium, toto penitus obtutu consideraveris. Etenim Lusitaniae te regem cernes, hoc est (ut semel dixerim) Romanae multitudinis, cuius olim tam multis (sicut accepimus) coloniis ista potissimum regio frequentabatur. Cernes Africae te cindicem, quae tertia par orbis, magna sui parte iam per te catenis exuta Barbaricis, etiam in dies magis, magisque plenae libertatis expectatione triumphat. Cernes eundem te vasti illius & indignantis Oceani domitorem, cuius ad primos quoque impetus etiam domitor orbis Hercules expavit. Occurres tute tibi sanctae Christianae fidei, veraeque religionis propugnator, ac maximus adversus Maumeticam perfidiam, pacis, armorumque arbiter, rabiem illam teterrimam sola maiestate prosternes, solo nomine, solo virtutis miraculo gravissima bella conficiens. Idemque mundi alterius sequester & ianitor, tot illos sinus, tot promontoria, tot littora, tot insulas, tot portus, tot oppida, tot maritimas urbes, uno veluti pugillo concludens & numerosissimas nationes pene sub manu tenens, ad quae antea tamen ne ipisius quidem fama quamlibet praepetes alae pervolarunt. Quid illa? Quanta sunt, obsecro, quod te visere ignotissimi reges, tua gestiunt adorare vestigia, quod tuis advolvere se genibus, perque tuam istam tam fide, quam armis potentem dexteram rigari se certatim salutari fonte festinant? Quid quod exciti virtutis amore, priscis inauditae saeculis, extremi quoque hominum convolant ad te populatim, totusque iam meridies suis pene funditus sedibus revulsus, ad eundem te venerabundus accurrit, ut vultum proprius istum parem coelicolis, utque regiae frontis decus, divinamque penitus maiestatem contempletur? Conferat iis nunc aliquis captam Babylona, quanquam lateritio muro superbam, profligatos Orientis etiam suapte natura fugacissimos barbaros. Conferat Scythas campestris & vagos, ne satis quidem fortiter irritatos, dum ne occisum quoque inter pocula charissimum quenque laudi tribuat, dum ne peregrinos cultus, & indecoras adulationes turpiter ascitas. Conferat & Gallias etiam toto decennio vix sub-actas: aut minora his alia rursum, dum ne civilem quoque & cognatum toto orbe fusum crudeliter sanguinem praeconio dignetur. Tu igitur praecipue dignus (rumpatur invidia licet) tu praecipue

dignus unice rex honoribus sempiternis. Tibi advigilare nostras lucubrationes, id est, omnium quicumque Musarum veneramur sacra, prae caeteris convenit. Quapropter (si qua mihi est apud te, quamvis ignoto homini, tui tamen studiosissimo, fides) delegetur, obsecro, magne rex idoneis hominibus officium mandandi literis (interim quidem) quocumque stylo, quacumque lingua, materiam, segetemque rerum a te, tuisque gestarum: sed in qua deinceps operosius excollenda tam coeteri, quibus idem est ardor animi, quam nos ipsi quoque nervos qualescumque nostris intendamus. Et quidem rogavi ego nuper hos tuae ditionis adolescentes, ingenio, moribusque praestantes, Joannis Teixirae Cancellarii tui maximi liberos, ut mihi istius ipsorum opera rerum a vobis gestarum (si qui modo extent commentarii) describerentur. Qui quanquam se diligentissime curaturos, pro eo quod praeceptorum debent, officium pollicerentur, deesse tamen ipsemet mihi nolui, sed has ultro ad te literas indulgentissimum, clementissimumque regem, iam meum quoque dare decrevi: malens utique audacis animi subire scribendo crimen, quam tacendo pusilli. Iam quod ad personam meam deinde attinet, homo equidem sum non mediocris fortunae, sed literarum tamen professione me quoque non omnino postremae credunt esse aliqui celebritatis. Innutritus autem pene a puero sum (si quid hoc ad rem facit) castissimis illis penetralibus magni viri, & in hac sua florentissima *Repub. principis Laurentii Medicis*: qui cum sit ipse quoque in primis tui cupidissimus, etiam me verbis aliquando suis in istius amorem virtutis ita inflammavit, ut dies, noctesque de tuis cogitare proconis no desistam: nec omnino quidquam nunc exoptem magis, quam ut ea mihi vis, ea facultas, ea denique detur occasio, qua nomen tuum coelesti praedicatione dignissimum, qua pietatis, integritatis, innocentiae, religionis, continentiae, prudentiae, iudicii, qua iustitiae, fortitudinis, providentiae, liberalitatis, animique magnitudinis, qua postremo tot operum, tot illustrium facinorum tuorum testimonia sic etiam per me fidelibus seu graecae, seu latinae linguae consecrentur monumentis, ut nulla humanarum rerum vicissitudine, nullo unquam fortunae variantis in cursu, nullo etiam squalentis aevi senio deleantur. Vale.

Joannes Dei gratia Rex Portuggaliae & Algarbiorum citra et ultra mare in Africa, dominusque Guineae, Angelo Politano viro peritissimo & amico suo S. P. D.

Ex suavissimis tuis literis, doctissime vir, iam diu perlectis & maxime ex dilecti Joannis Teixirae Cancellarii nostri maioris frequenti relatione uberrime intelleximus, te gloriae nostrae (si qua in humanis est) fore percupidum, & nomen nostrum cum rebus gestis, tuo literario beneficio ab olivionis rubigine reddere exemptum. Quae etsi satis magnum summae in nos benevolentiae, ac observantiae argumentum testantur, tamen ea magis ab animi tui probitate, ingeniique acumine, atque doctrinae copia, quae longe maiora suspirant, credimus emanasse. Pro quibus magnas tibi habemus gratias, quas dum tempus & res exegerint, cumulatiores referemus, speramusque tuae erga nos affectionis te non poenitere. Et ut tibi brevis ad propositum respondeamus, scias nos tui officii, & pii laboris, quem in nostrae mortalitatis redemptionem tam crebro pollice ris esse admodum gratos, idque amplectimur, vehementerque laudamus. In cuius executionem curabimus diligenter, ut annales nostri,

quos vulgari et patrio sermone pro regni instituto posteris tradendos iubemus, hi Etrusca lingua, vel latina saltem familiari demum conficiantur, ad te scilicet quam primum deferendi, ut eos iuxta veritatis tenorem, nostram in memoriam ita tuis salubus, & gravitate, doctrinaque respergas, limaque expolias, ut saltem tua coniuvente facundia, lectione dignos efficias. Nam multum interest (ut melius nosti) quo dicendi modo unumquodque, licet egregium sit, referatur. Quid quemadmodum usu videmus optimos natura cibos prudenter reiici, cum sordidius parati sint: etiam historiam, quae ornatu suo, ac nitore vacat, contemnendam, reiiciendamque existimamus. Sed his erroribus minime metuendum est, quando tibi viro laudatissimo omniumque disciplinarum genere praedito erit curae rebus nostris consulere. Habes igitur quae nobis sit sententia menti. Reliquum est Angele noster, ut praefati Cancellarii filios, regiae nostrae generosos, omnium tibi habeas commendatissimos. Quod etsi sua sponte, atque humanitate eras facturus: tamen ut nostro intuitu aliquid cumuli accedat, te nimium rogamus. Hi enim sunt, quibus te in omni genere gratitudinis debes credere obnoxium: nam vicissim pater & filii, alter meritis, & laudibus, & alii approbatissimis, doctrinae tuae testimoniis non cessant apud nos te saepius extollere, nomenque tuum in hos mundi fines propagare, quod tuae gloriae & existimationi haud parum conducit. Sed adolescentibus ipsis plurimum congratulamur; in id aetatis & temporis incidisse, quo a tuo literarum fonte aliquid doctrinae possint feliciter haurire: cum qua deo praecipue & nobis deinde servientes utranque caelestis & terrestri regni felicitatem promereantur, eamque sibi vindicent. Vale

Ex Vlixbona XXIII die Octob. MCCCCLXXXI.

Angelus Polit. Joanni Teixeirae, Max. regio Cancellario S. D.

Conatus persaepe sum scribere aliqd ad te vir clarissime, quo tibi meus animus, studiumque, & voluntas innotescerent. Verum nescio qui semper ingenuus dixerim an rusticus obstitit pudor, ut qui nec me tibi satis notum sciebam, & virtutis, fortunaeque tuae quondam quasi fulgora deterrebar. Sed impetravit a me tandem qualescumque has literas vel mei officii ratio, vel tuae humanitatis opinio. Quod igitur epistolae huius, vel mihi accommodatius, vel tibi acceptius fore argumentum sperem, quam si de tuis liberis, iisdemque meis discipulis ex vero quid sentiam perscripsero? Misisti tu quidem illos in Italiam vir excellens, ut moribus, ut literis, ut omnibus denique ingenuis artibus ad summae fortunae cultum formarentur. Sed eos domo secum credo paternos attulere mores, ut exempla non magis accipiant ipsi, quam praebeant caeteris. Nihil in illis ineptum, nihil improbum, nihil immodestum, nihil durum. Non inveracunda frons, non elatum supercilium, non licentes oculi, non protervior lingua, non inconstans vultus, non aliquid postremo vel in facie tota, vel in gestu, vel in statu, vel in incesso, quod offendat, quod molestum, quod putidum, quod odiosum sit. Aedes cottidie sacras frequentant, magistris operam dant, non assiduam modo, sed & alacrem. Doctiores discipulos humanitate sibi, & obsequio devinciunt; quos moribus obfore, vel famae credant, eorum consuetudine penitus abstinent. Nullum inter ipsos, nisi de studiis, ac de iis perpetuam certamen. Nullibi saepius, aut libentius, quam aut in oculis praeceptorum, aut in coetu condiscipulo-

rum versantur. Horas quoque tempēstivas bonae valetudini dedicant, eamque ob id prosperrimam tuentur. Ingeniis autem sic excellent, ut facile se (ne multa dixerim) tuos esse liberos declarent. Percipiunt facile, quae traduntur, pronunciant eleganter, retinent fideliter, imitantur feliciter. Iam de studio quid dixerim? Nihil equidem ego ardentius, nihil vidi perseverantius. Tantos ergo iam lingua utraque fecere profectus, ut ipse quoque non imperitissimus ingeniorum magister obstupescam. Quem vero eis domi custodem, moderatoremque dedisti, sic eos prudenter, amanter, diligenter curat, excolit, gubernat, instituit, ut omnino desyderari nihil possit. Non fallo equidem te, sed nec ipse rursos fallor. Ita esse rem, vel admirans invidia fateretur. Quocirca multum equidem fortunae isti tuae, non minus animo tamen, propositoque gratulor. Nec erim, levis hinc ad te quoque redundat honos, filios tot, ac tales imbecilla adhuc aetatula, tam procul abesse a tuis oculis, a laribus, a patria, tamque diu, non quidem fœnori multiplicando, nec mercibus commutandis, ut nostri solent, sed ut optimis institutis, ut optimis artibus, ac disciplinis imbuti viaticum sibi ad senectutem parent; in quod ipsa quoque fortuna nullum ius habeat. Quae res tibi iam non modo supra spem, sed, opinor, etiam supra nota succedet. Mihi autem crede vir magne, non tibi illi apud nos minus acquirunt gloriae, quam sibi literaturae. Iam equidem vel tua, vel ipsorum causa sic eos amo, redamari sentio, ut in tuum pene mihi locum videam sic me amore, & diligentia successisse. Qua fiducia videlicet ausim rogare te clarissime vir, ut epistolae meae, quae iudicium regis tui tanquam Apollinis subitura iam nunc tota tremit, atque horrescit, tantum favoris impertias auctoritate, qua polles, ut indulgentiam potius, quam censuram tantae illius maiestatis experiatur. Vale.

Florentiae XVI. Calend. Septemb. MCCCCLXXXIX.

c) Tradução portuguesa das Cartas.

Angelo Policiano a João, por graça de Deus, invictissimo Rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além mar em Africa e Senhor da Guiné, saúde.

Ainda que nem a minha condição social nem a minha erudição, nem virtude alguma sejam taes que me julgue licito escrever-te a ti, rei invencivel, comtudo fez-me tamanho abalo a admiração de tua dignidade, esplendor e gloria, e dos teus louvores, já universalmente celebrados, que a minha penna espontaneamente se alvoroça para te dirigir carta, testemunhar-te os sentimentos de meu animo, significar-te minha afeição, emfim render-te as graças em nome de todo o nosso seculo, o qual já agora, por beneficio de tuas virtudes quasi divinas, se atreve confiadamente a pleitear primazias não só com os seculos passados, mas até com toda a antiguidade. E é justa sua afoiteza. Se a brevidade epistolar ou o tempo m'ò permitissem, a propria verdade me daria arrôjo para tentar demonstrar que nem as coroas de loiro nem os côches dourados de nenhum dos antigos heroes se podem comparar com as tuas emprezas e façanhas immortaes. Bem que eu passara em silencio os combates, que ainda quasi menino, feriste contra as impias gentes da Africa rebelde, os exercitos fortissimos de inimigos diversos, que desbarataste, as cidades que tomaste por força, as presas que fizeste e as leis que impuzeste a nações ferozes, e tambem as artes domesticas e os ornamentos da

paz, nada inferiores ás glorias da guerra, que espectáculo de coisas apenas acreditaveis se não abriria a meus olhos, se recordasse as ondas do mar proceloso, não d'antes sulcadas, agora batidas e domadas pelos remos de tuas naus, as balisas de Hercules deixadas para traz, o orbe da terra, que fôra como truncado, já restituído a si mesmo, e aquella Barbaria, nem por vagos rumores de nós antes conhecida, insensata, deshumana, inculta, sem ordem, sem lei, sem religião, a viver quasi á maneira de feras, tornada agora á humanidade, á vida, á docilidade, á cultura e á piedade religiosa? E que magnifico ensejo não teria então de contar os grandes proveitos que d'alli brotaram para a nossa sociedade; as abundantes vantagens e numerosos beneficios, que nos enriqueceram a vida; os augmentos que ampliaram as antigas histórias; o crédito que accresceu a successos da antiguidade, outrora apenas criveis, e tambem a mingoa de admiração, que tanto soffreram! Igualmente devera nesse ponto absolver de toda a suspeita de falsidade aquelle grande Platão e os annaes seculares dos egypcios, que fizeram menção, sem darem todavia muito assentimento, de grandes exércitos dêsse Oceano que tu subjugaste. Do mesmo modo haveria eu de confessar que se lastimara com toda a razão Alexandre Macedónio, quando suspirava porque ainda lhe restavam mais mundos para suas victorias. Pois que outra coisa nos fizeste, ó rei, senão descobrir outras terras, outro mar, outros mundos, emfim outros astros, antes tirá-los das trevas eternas e, quasi direi, do velho chaos, e trazê-los de novo á luz d'este universo? Mas que pretendo eu com tão largo discurso? Quero supplicar-te em nome não sómente deste século, mas tambem de toda a posteridade, de todas as nações, que não consintas venha a perecer ou apagar-se a memória de tão grandes obras, que se deve guardar para a eternidade, mas ordenes se perpetue na voz ferrea ou antes diamantina dos homens doutos, a qual nem a acção roedora do tempo no seu rodar silencioso chega jámais a consumir. Pois se tu proteges a virtude, porque não has de proteger a companhia da virtude, a gloria? Ou porque não has de tu, rei mais que todos os reis generoso e magnânimo, fazer entrar na carreira immortal da gloria immarcescivel esta brevidade inconsistente da vida humana, que de tão pequena e ténue esperança está pendente e em tão estreitos limites se encerra? Porque não ha de a memória de tão excelsas proezas transmitir-se a teus próprios successores para que essas preclaras façanhas a que sempre faltarão exemplos, sirvam tambem para elles de instrucção e norma? Porque não deixarás alguma regra a teus filhos e futuros netos, para que nenhum d'elles degenere jámais da perenne e comprovada virtude dos antepassados, pela qual se lhes affeioe principalmente a sua indole real?

Emfim tambem a outros principes, quantos hajam de nascer em toda a extensão da terra, porque não lhes facilitarás tu os teus exemplos, senão para os imitarem, ao menos para os admirarem? Ter filhos de rara formosura e não os alimentar o mesmo é que praticar acções gloriosas e não as illustrar pelas letras. Deus não permita, excellentissimo rei, Deus não permita que essas tuas glórias jazam escondidas naquelle acervo enorme da fragilidade humana, em que estão sepultados os trabalhos de todos os que não obtiveram as approvações dos homens sábios. Lembra-te de Alexandre, lembra-te de Cesar; que esses dois nomes sobretudo nos lançava em rosto a antiguidade arrogante. De um delles se conta que soltara junto ao sepulchro

de Achilles essa famosa exclamação, chamando-o afortunado mancebo, porque lograra ter Homero por pregoeiro de suas façanhas. O outro até no campo de batalha e já quasi no vivo da peleja escrevia as memórias de seus feitos com tanto esmero que se não julga ter alguém composto obra literária tão aprimorada que não seja excedida pela puríssima elegância dessas memórias. Estes, pois, deves tu pelo menos seguir, ó rei exímio, que no mais lhes levas não pequena dianteira. E o que assevero, tu finalmente conhecerás, ó rei, que o digo com verdade e sem adulação, quando reflectires sobre ti mesmo com a agudeza de tua intelligencia divina; quando examinares attentamente os titulos esplêndidos de tamanha honra, de tamanha majestade, emfim de tão grande império e considerares com toda a applicação de teu espirito quanto é sublime o fastigio de dignidade, que te eleva entre os homens. Ver-te-has, com effeito, rei da Lusitânia, isto é (para o dizer numa palavra) de gente romana, de que outrora, como por tradição sabemos, numerosas colónias povoaram mórmente essa região. Ver-te-ás libertador da Africa, a terceira parte da terra, que já foi por ti em grande parte livre das cadeias dos bárbaros, e cada dia mais e mais occulta na expectação de inteira liberdade. Ver-te-has ainda domador daquelle vasto e encapelado Oceano, a cujos primeiros ímpetos até Hercules, domador da terra, estremeceu. Reconhecer-te-ás como defensor da santa fé christã e verdadeira religião, e como árbitro supremo da paz e da guerra contra a perfidia mahometana, prostrando só com tua majestade aquella fúria abominável, concluindo guerras importantissimas só com o teu nome, só com o milagre de tua virtude. Reconhecer-te-hás como mediador e porteiro de outro mundo, apertando como num punhado tantas enseadas, tantos promontórios, tantas praias, tantas ilhas, tantos portos, tantas praças, tantas cidades marítimas, e tendo como debaixo de mão numerosissimas nações, aonde antes não chegaram voando nem sequer as asas, bem que velocíssimas, da fama. E quanto não é grandioso que monarchas tão desconhecidos folguem de te visitar e de beijar os vestigios de teus passos, e corram a lançar-se a teus pés, e a receberem á porfia dessa tua dextra, poderosa tanto pela fé como pelas armas, as aguas saltares do baptismo? E que diremos do alvorôço, com que os habitantes dos confins do mundo, abalados pelo amor de virtude, em antigas idades não ouvida, para ti voam de tropel, e já todo o meio-dia, como arrancado quasi lá do fundo de suas moradas, a teu throno acode, cheio de acatamento, para contemplar mais de perto esse teu semblante, igual ao dos moradores do céu, e a belleza e majestade divina da tua frente real? Com estas maravilhas compare-me agora alguém Babilónia tomada de assalto, bem que ufana de sua muralha de tijolo, e os bárbaros do Oriente, desbaratados, ainda que por natureza fugacissimos. Compare os Scythas nómadas, a vaguear pelas campinas, nem sequer muito fortemente exasperados, contanto que não dê tambem louvores á morte das pessoas mais queridas, praticada no meio dos festins, nem á admissão, pouco decorosa, de costumes estrangeiros e indignas adulações. Compare as Gállias apenas subjugadas no espaço de dez anos, ou ainda proezas menores que estas, contanto que não preconize o sangue de cidadãos e parentes por toda a terra cruelmente derramado. Tu sim, tu mais que todos és digno (estoire embora a inveja), mais que todos, ó rei, és digno de honras sempiternas. De ti devem, mais do que de ninguém, occupar-se nossas vigílias, quero dizer, de quantos rendemos

culto sagrado ás Musas. Pelo que te peço encarecidamente (se tenho contigo algum crédito, eu que, apesar de desconhecido, te sou, quanto se pode dizêr, afeiçoado) que se confie, ò grande rei, a pessoas idóneas o cargo de escrever, por ora, em qualquer estylo, em qualquer lingua, a historia tão vasta das emprêsas tuas e dos teus, para que depois tantos outros escriptores, que sintam o mesmo enthusiasmo, como tambem nós mesmos nos applicuemos, segundo nossas forças, a aperfeiçoa-lá com mais laborioso empenho. E já eu, não ha muito, pedi a estes jovens de teu reino, filhos do teu Chanceller-mór, João Teixeira e distinctos pelo engenho e bons costumes, que me fizessem copiar ahí as memórias, se algumas ha, dos vossos feitos. E' verdade que elles prometeram, pelo que devem a seu mestre, desempenhar-se dêsse encargo com a maior diligência, comtudo não quis faltar ao que eu a mim mesmo devia, e assentei commigo mandar-te espontaneamente esta carta a ti, rei de summa benignidade e clemencia, já tambem meu rei, preferindo em todo o caso soffrer a nota de atrevido, por escrever, a ser tachado de pusilânime, por me calar.

Agora vindo ao que diz respeito a minha pessoa, sou, não ha dúvida, homem de condição mais que mediana, mas na profissão das letras cuidam tambem alguns que não sou inteiramente dos últimos pela celebridade, que meu nome goza. Quasi desde a infância me creei (se isso alguma coisa importa) nos paços castíssimos daquelle grande varão e príncipe nesta sua florentissima república, Lourenço de Medicis, que, por ser dos maiores teus amigos, tambem a mim alguma vez com suas palavras me accendeu no amor dessa tua virtude a tal ponto que dia e noite não cesso de pensar em tuas glórias, nem tenho coisa que mais agora deseje do que dar-se-me força, talento e boa ocasião para fão fielmente immortalisar em monumentos da lingua grega ou da latina o teu nome, bem digno de pregação divino, e os testemunhos de tua piedade, integridade, innocência, religião, temperança, prudência, juizo; de tua justiça, fortaleza, providência, liberalidade, grandeza de alma e de tantas obras e illustres façanhas tuas, que nunca venham a ser destruidas nem pelas vicissitudes das coisas humanas, nem pelos embates da fortuna volúvel, nem pela vetustez esqualida dos annos. Adeus.

João, por graça de Deus, Rei de Portuga! e dos Algarves de aquém e de além mar em Africa, e Senhor da Guiné, a Angelo Policiano. varão doutissimo e amigo seu, envia muito saudar.

Pela suavissima tua carta, lida já de ha muito, sapientissimo varão. e sobretudo por informação frequente de João Teixeira, nosso amigo e Chanceller-mór, soubemos com plena certeza que tu desejavas ansiosamente a nossa glória e com o auxilio de tuas letras trabalhavas por livrar do esquecimento o nosso nome e feitos. Favores são estes que, se bem demonstram claramente summa benevolência e veneração para connosco, temos comtudo a persuasão de que mais derivaram da prohibidade de teu ânimo, da agudeza de teu engenho e da abundância de doutrina, que suspiram por grandezas muito maiores. Por elles te estamos intimamente agradecidos; e, quando o tempo e as circumstâncias o pedirem, com avantajadas recompensas te provaremos nosso reconhecimento, esperando no emtanto que não te has de arrepender da afeiçoão que nos dedicas.

E para te responder em poucas palavras ao propósito, sabe que nos é muito agradável o teu obsequio e amoroso trabalho, que tantas vezes promettes para resgate de nossa mortalidade, e que o acceitamos e calorosamente louvamos. Para levar a effeito o que intentas, procuraremos com diligência que os nossos annaes, que, segundo os usos do reino, por nossa ordem se escreverão para os vindouros em linguagem portugueza, sejam finalmente compostos em língua toscana ou latina, pelo menos familiar, e sem demora nenhuma enviados a tuas mãos. Tu depois, consoante as exigências da verdade, em memória nossa lhes lançarás tuas elegancias, gravidade e doutrina e os limarás com esmero para que, pelo menos com o beneficio de tua facúndia, os tornes dignos de serem lidos. Pois, como tu sabes melhor, muito importa o estylo, com que se refere qualquer feito por illustre que seja. Assim como vemos por experiência que se rejeitam com razão os alimentos por sua natureza muito bons, se veem preparados com menos limpeza, assim tambem julgamos que se ha de ter em pouco e rejeitar a história, a que falta sua belleza própria e elegância. Mas essas falhas não são de modo nenhum para temer, tendo tu, varão de tamanho crédito e versado em todas as sciências, o cuidado de olhar pelas nossas coizas.

Aqui tens o que pensamos deste assumpto. Só resta lembrar-te, Angelo querido, que tenhas por muito e mais que todos recommendados os filhos do sobredito Chancellor, moços fidalgos da nossa casa real. E, ainda que espontaneamente, por tua bondade, assim o farias, comtudo encarecidamente te rogamos que por nosso respeito suba de ponto o teu empenho.

Taes são elles que te debes considerar seu devedor para toda a espécie de gratidão. Porquanto de sua parte pae e filhos, aquelle allegando teus merecimentos e glórias, estes por testemunhos comprovadíssimos de tua erudição, não cessam de te encomiar muitas vezes em nossa presença e de tornar conhecido o teu nome até estes confins da terra, o que não é pouco vantajoso a tua glória e reputação. Mas com esses jovens grandemente nos congratulamos por serem de tal idade e tempo que podem ter a feliz sorte de beber no manancial de tuas letras alguma doutrina, com que, servindo primeiro a Deus e depois a nós, mereçam e alcancem uma e outra felicidade, a do reino do céu e a do reino da terra. Adeus. De Lisboa aos 23 de outubro de 1491.

Angelo Policiano a João Teixeira, Chancellor-mór do reino, saúde.

Muitas vezes tentei escrever-te, varão illustrissimo, para te dar a conhecer os meus sentimentos, affeição e benevolência, mas sempre me teve mão um certo pejo, não sei se diga nobre, se rustico. Sabia que eu não te era assaz conhecido e, por outro lado, como que me assustava e retrahia o fulgor de tua virtude e posição. Mas por fim arrancou-me esta carta, seja ella como fôr, ou a força de minha obrigação ou o pensamento da tua benignidade. E que assumpto lhe darei eu que seja ou mais accomodado para mim, ou a ti mais acceito, do que o de referir com verdade quanto sinto de teus filhos, discipulos meus?

Tu, varão distintissimo, os mandaste a Itália a fim de se formarem nos costumes, nas letras e em todas as artes liberaes para orna-

mento da maior fortuna. Mas elles, bem o creio eu, trouxeram da pátria os costumes paternos, de modo que não tanto recebem exemplos, como os dão aos demais. Nada nelles ha de desageitado, de ruim, de descomedido, de áspero. A fronte sem impudência, o aspecto sem arrogância, os olhos sem licenciosidade, a língua sem protéria, o rosto sem inconstância, emfim nem em todo o semblante, nem no gesto, nem na postura, nem no andar, se nos depara coisa que ofenda, que seja desagradavel, enfadonha ou aborrecida. Os templos sagrados cada dia os frequentam. Aos mestres attendem-nos não só com assidua applicação, mas ainda com alacridade. Aos condiscipulos mais adeantados captivam-nos com sua delicadeza e attentões. Fogem todo o trato dos que lhes parece poderão prejudicar seus costumes ou bom nome. Entre elles mesmos não ha porfia que não seja de estudos, mas destes é continúa a disputa. Em parte nenhuma estão mais vezes nem com mais gosto do que na presença dos professores ou na companhia dos condiscipulos. Dão também seu tempo ao cuidado da saúde, e por isso a conservam excellente. No talento de tal maneira se avantajam que, para o dizer em poucas palavras, mostram facilmente que são teus filhos. Percebem com facilidade o que lhes ensinam, recitam com elegância, reteem com fidelidade, imitam com arte. E do estudo que direi? Nunca vi maior enthusiasmo nem mais perseverança. Assim fizeram já tamanhos progressos em ambas as línguas que chego a pasmar também eu seu mestre, não totalmente desconhecedor de talentos. Aquelle porém que tu lhes deste em casa como aio e educador, com tanta prudência, amor e desvelo os trata, cultiva, governa e instrue que não é possível desejar melhor. Certamente que não te engano, nem me enganó a mim mesmo. Que seja como eu digo, até a inveja com admiração o confessaria. Pelo que tenho muita razão para me congratular com essa tua boa sorte, e não menos com teu animo e designios. Pois não é pequena a honra que também redundá para ti, de que tantos e taes filhos em idade ainda tenra vivam tão longe de teus olhos, de sua casa, da pátria, e isto por tanto tempo, não para augmentar os rendimentos nem para mercadejar, como os nossos usam, mas para se embeberem de optimos principios, para aprenderem excellentes artes e disciplinas, e se prepararem assim provisões para a velhice, sobre as quaes nem sequer a fortuna tem direito nenhum.

Ora tal felicidade ~~se~~ ha de realizar, creio eu, não somente além de tuas esperanças, mas ainda além de tuas aspirações. E acredita-me, ó excelso varão, entre nós não menos glória te grangeiam elles a ti, do que para si erudição de litteratura. Quanto a mim, de tal modo os amo ou por teu respeito ou pela pessoa d'elles a tal ponto me sinto por elles amado, que me parece quasi ter tomado o teu lugar no amor e nos cuidados.

Com esta confiança atrever-me-hei a pedir-te, varão illustrissimo, que dês, com teu poderoso valimento, tão boa proteção á minha carta, a qual já agora toda estremece e se horrorisa de ter de submeter-se ao juizo do teu rei, como de Apollo, que experimente antes a indulgência do que a censura daquella tão grande majestade. Adeus. Em Florença a 17 de Agosto de 1489.

2.º — Antonio Ferreira e a idea fixa de uma epopêa nacional

A pequena obra deste poeta é um documento importante para a historia do convívio litterario na primeira metade do seculo XVI, para a reconstituição da ideologia moral e esthetica que enchia o espirito dum renascentista portuguez do grande seculo e tambem para a historia da critica litteraria, por conter discussão de valores e affirmação de technicas e de methodos de trabalho. Sob este ultimo aspecto já a utilizei na monographia que em 1910 redigi ácerca da historia da critica em Portugal.

Muito poucas, mas muito firmes ideas enchem a obrinha de Ferreira: louvor da lingua portuguesa e necessidade e dever de a cultivar e preferir a todas; panegyrico e pintura da ideal belleza e do ideal amor; dôr da perda desse alvo do amor platónico e desse modelo de debuxo; queixas contra a publica indifferença pela poesia; elogio da simplicidade e da vida retirada, e, em reacção ou contra-partida, caloroso encomio da vida heroica; conselhos de moderação, sabedoria e justiça aos reis e aos collaboradores da governação publica; e exhortações aos poetas amigos para que entõem cantos à gloria portuguesa.

Verdadeiramente estes conceitos da opportunidade da poesia heroica, para a qual repetidamente se confessa inapto, da abundancia de themas nacionaes, da alta funcção da poesia heroica tida por suprema recompensa e poderoso estimulo de novos emprehendimentos foram em Ferreira ideas fixas. Rastremo-las nos seus versos.

No soneto XXX do livro II, lamentando o olvido em que jaziam os grandes nomes de Portugal, congratula-se pelo apparecimento dum cantor dessas glorias:

Eis que já vos nasceu hum novo sprito,
De cuja voz sereis no Mundo ouvidos,
Por cuja mão sayreis da sepultura.

Duas vidas, dous lumes concedidos
 Vos são, de que alça a fama immortal grito,
 Vida no verso, vida na pintura.

(Pag. 40 do 1.º vol. da ed. de 1829).

Quem seria este “novo sprito”? Ocorre o nome de Jeronymo Côrte Real, que foi poeta e pintor.

Sentimento quasi analogo se expressa na ode I do livro I, imitada do Livro III, de Horacio:

Fuja daqui o odioso
 Profano vulgo, eu canto
 A brandas Musas, a hús spritos dados
 Dos ceos ao novo canto
 Heroico e generoso
 Nunca ouvido dos nossos bõs passados.
 Neste sejam cantados
 Altos Reys, altos feitos,
 Costume-se este ar nosso á lira nova.
 Acendei vossos peitos,
 Ingenhos bem criados
 Do fogo, qu'o Mundo outra vez renova.

(Ibidem, pag. 111)

Na ode I do livro II annuncia jubilosamente ao infante D. Duarte, filho de D. Manuel I, que o poeta Pedro de Andrade Caminha se propõe celebra-lo:

Serás escrito, e em alto som cantado
 Da grave e doce lira
 D'Andrade pera ti só dos Ceos dado,
 Que á gloria, a que já aspira,
 Igual favor lhe inspira
 Teu animo, Duarte,
 Planta real, honra de Apollo e Marte.

(Ibidem, pag. 129)

Na ode VIII, do livro I, exhorta D. Antonio de Vasconcellos a glorificar no verso heroico os feitos portuguezes:

Té quando assi, cruel, o peito duro,
 Das nove irmãs morada
 Cerrarás, como ingrato ao dom divino?
 Té quando assi negada
 Do liquor doce e puro
 Nos será a copia, e parte igual devida
 Do lume, de que tu foste assi digno?
 Não te foy dada a vida,
 Não esse sprito aceso em alto fogo
 Para ti só; nosso he, o nosso queremos.

Vença já o justo rogo
 Á dura força, Antonio, e restituída
 Nos seja parte já do que em ti temos.
 Eu digo o canto teu, eu digo a lira,
 Que te dá o louro Apollo,
 Para honra sua e para gloria nossa,
 Que d'hum ao outro polo
 Soará; já te inspira
 Novo furor, ah solta o doce canto,
 Contra o qual nunca inveja, ou tempo possa!
 Tardas, cruel, e em tanto
 Altos Reys, altas armas perdem nome.
 Encrucece-se o Amor, quem ha, qu'o abrande?
 Quem ha, qu'a cargo tome
 As victorias de fama, e eterno espanto
 Dos Reys passados, quaes Deos sempre mande?
 Altas victorias, em que tanta parte
 Tem inda os tão chegados
 Teus avós ao Real sangue, as altas Quinas,
 De louros coroados
 Por mão do bravo Marte;
 Ah porque lhes serão por ti negadas
 As altas Rimas de seus nomes dignas?
 As bandeiras tomadas
 A Reys vencidos em tão justas guerras,
 Aquellas fortes mãos, que coroavam
 Reys grandes em suas terras
 Por ferro, e fogo de tão longe entradas
 A ti seu sangue já s'encommendavam.
 Mas em quanto tua sorte te não chama
 Das armas á dureza,
 (Inda tempo virá) com as Musas paga
 Á antiga fortaleza
 Dos teus, á imortal fama
 Que por exemplo ao mundo sempre viva
 Contra a morte cruel, que tudo apaga;
 Outr'hora a chama viva,
 Qu'o cego moço, onde quer, acende,
 Com teus suaves versos nos abrandá.
 E a que nos tanto offende
 Cruel aljaba sua lhé cattiva.
 Isto te pede Apollo, isto te manda.

(Ibidem, pag. 126-28)

Na morte de Diogo de Bettencourt lastima a perda dum
 possivel poeta epico:

Tu alçaras ao longe um alto grito
 De gloriosa fama; em toda a parte
 Se cantára teu nome, e teu escrito.
 Aquelle raro ingenho de tanta arte,
 Tanto estudo e doutrina culto e ornado
 Que versos déra a Amor, que canto a Marte?

Aquelle raro ingenho tam criado
 No vosso seo dos primeiros dias
 Por vos, ó Musas, fôra coroado.
 Já crescias nova Hera, já crescias
 Novo Laureiro pera dar coroa
 A quem tam justamente te devias.
 Quem a Mantua fizera igual Lisboa,
 Quem a corrente de Arno dera ao Tejo,
 E a doce fruta, qu'em Arcadia soa!

(Ibidem, pag. 149-150)

Ser cantado em verso heroico é a recompensa promettida a D. Luiz Fernandes de Vasconcellos, quando este partia para a India a illustrar-se na milicia:

Serás cantado pois, serás escrito
 Entre os claros spritos d'alta fama,
 De que inda tanto ouvimos, tanto he dito.

(Ibidem, pag. 157)

A biographia panegyrica de Affonso de Albuquerque, escripta por seu filho Braz, merece-lhe louvores como obra de engrandecimento epico:

Fizeste teus os seus claros louvores,
 Dando-lhe eterno assento entre a memoria
 Dos grandes Capitães e Emperadores.
 E renovaste nelle a antiga historia
 Do grande Macedonio, que parece
 Mostrar inveja desta nova gloria.

(Ibidem, pag. 162)

Volta a lembrar a D. Duarte que Andrade Caminha se prepara a celebra-lo em verso heroico, para o qual uma vez mais se confessa indotado:

Alto senhor, se a teus altos ouvidos
 Chega o som baixo da çamfonha minha,
 Seram meus versos tam engrandecidos,
 Quanto pera os ouvires lhes convinha.
 Outros mayores, que te são devidos,
 Já os tentei em vão: que não sostinha
 O peso do teu nome alto e Real
 Tam fraco ingenho, e voz tam desigual,
 Já, Senhor, teu Andrade se aparelha
 Ao alto canto desta empresa dino;
 Já com todas as Musas se aconselha
 Em que modo, em que som mais peregrino
 Cante teu nome: e como escolhe a Abelha

Da melhor flor o seu liquor divino,
 Assi escolhe o melhor de Apollo e Marte
 Para mostrar ao Mundo o grã Duarte.

(Ibidem, pag. 241)

Quando a Infanta D. Maria, filha deste infante D. Duarte, se casou com Alexandre Farnesio, 3.^o Duque de Parma, Antonio Ferreira dirige-lhes um epithalamio carinhoso e para co-roação dos votos de venturas e triumphos, que lhes faz, não encontra outro augurio senão o de serem objecto do canto heroico:

Sempre conformes sêde, spritos raros,
 Almas ditosas, almas bem trocadas,
 Em versos immortaes sejaes cantadas.

(Ibidem, pag. 272)

A Pedro d'Alcaçova Carneiro, secretario de Estado, deplora que vencendo nós os antigos e estranhos nas façanhas, não os imitemos no bom registro litterario desses feitos:

Aquelles claros feitos, altos ditos
 De que os livrós são cheos, desprezemos.
 Mores feitos ha ca, não tão bem escritos.
 Vençamos no melhor, o outro imitemos.

(Ibidem, 2.^o vol., pag. 12)

Quando Andrade Caminha se prepara para entoar a tuba epica, Ferreira põe-lhe em relevo o paradoxo que seria cantar as façanhas nacionaes em lingua estrangeira que não seria outra senão a castelhana, que desde o Marquez de Santilhana e os primeiros italianisantes disputava o primado á gallaico-portuguesa:

Havermos nos agora a hum excellente
 Capitão português de quantos temos,
 De que se espanta e treme o Oriente,
 Querer mostrar a ordem, que devemos
 Guardar na guerra em lingua estrangeira,
 Quam certo, Andrade, he que nos riremos.
 Este, dirias, em vez da maneira
 Nos querer ensinar como vençamos,
 Faz outra gente contra nós guerreira.

(Ibidem, pag. 14)

Tal era a fé na acção exhortiva e promotora de heroismo da poesia epica!

As acções memoradas no verso heroico eram por este mesmo canto offuscadas:

O' quantos, quanto mór fama ganharam
Co a boa penna que outros com a espada!
Quanto mais ricas estatuas cá deixaram!
Quanto foy mais sentida e mais chorada
A morte do alto Homero por seu canto,
Que a tua, Achilles, que elle fez honrada!

(Ibidem, pag. 16)

As exhortações a Andrade Caminha repetem-se:

Dos mais claros heroes hum, que cante
Escolha teu sprito, Real sujeito
Tens na alta geração do grande Iffante.
Ergue-te, meu Andrade, arça esse peito
Inflammado d'Apollo, cante e sõe
Igual tua voz ao teu tam alto obgeito.
Ouça-se o grã Duarte, por ti võe
Pelas bocas dos homês; de sua mão
Inda Pallas ou Phebo te coroe.

(Ibidem, pag. 46)

A limitação do ambiente opprime-o e quasi desespera de ver brotar um alto e novo espirito que seria a almejada inspiração epica, como confessa a Manuel de Sampayo:

Aquella grã rua nova conhecida
Por todo Mundo, que outra cousa conta
Senão da não ganhada, ou não perdida?
Ah que triste miseria, ah grande affronta,
Não ousar levantar-se hum bom sprito,
A outro cuidado, outra mais alta conta!
Quam claro aquelle, que ou por feito ou dito
Deixou nome immortal e glorioso
Exemplo aos seus em proveitoso escrito.
Aquelle direi sempre ditoso,
Ou quem fez cousas dignas de memoria
Ou quem pôs em memoria o proveitoso.

(Ibidem, pag. 54-55)

Se era certa a sua propaganda das excellencias e da oportunidade da epopêa, a sua escolha dos heroes não veio a ser sancionada pela posteridade: o infante D. Duarte, que Ferreira apresenta como possível protagonista dalgum canto heroico, ficou quasi desconhecido da historia:

Em que voz caberás? Onde ao teu raro
Sprito, Duarte, que aos Ceos vay sobindo
S'achará novo Homero ou novo Maro?

(Ibidem, pag. 76)

O premio supremo dos reis justos é ser cantado por um alto engenho poetico:

Este he chamado bom, e grande e Augusto,
Da patria pay, prazer, e amor do Mundo,
Mortal imigo do tyranno injusto.
Este logo d'hum alto e d'hum facundo
Ingenho té as estrellas bem cantado
Voando vay na terra sem segundo.

(Ibidem, pag. 84-5)

E quando o Cardeal D. Henrique é regente do reino, de novo lhe occorre essa idea:

O bem nascido sprito, e culto peito
Mais deseja, mais quer, mais alto voa,
Mais glorioso propõe seu obgeito.
A' gloria, á fama a Triumphal coroa,
Aspira, á alta Trombeta, e vivo canto,
Em que no Mundo o grande Achilles soa.

(Ibidem, pag. 90)

O desejo de engrandecimento patriotico está ainda presente na epistola, em que exhorta Diogo de Teive a proseguir nas suas obras latinas em prosa e em verso:

No teu verso latino nos renova
Hora outro Horacio, hora outro grande Maro;
Na grave prosa Padua, Arpyno em nova.
Por ti começou já ser grande, e claro
O Portuguez Imperio, igual aos feitos
No Mundo raro teu estilo raro.

(Ibidem, pag. 106)

Sempre soffrendo de impotencia confessa para tão grande empresa, Ferreira não perdia ensejo para ganhar adeptos para a sua propaganda e descobrir o genio epico realisador do seu sonho; em Antonio de Castilho, chronista e guarda-mór da Torre do Tombo, tambem via talentos viaveis:

Quando será que eu veja a clara historia
Do nome Portuguez por ti entoada,
Que vença da alta Roma a grã memoria?

Não me foy dado sprito, não foy dada
 Igual boca ao grã canto. Bom desejo
 Não basta: a ti a alta empresa está guardada.

(Ibidem, pag. 113)

A João Lopes Leitão, antigo companheiro litterario de Lisboa, que então militava na India, recorda a acção bemfazeja da companhia da poesia nos grandes transes, sem esquecer o mais classico dos exemplos:

Tanto mais forte irás contra o imigo
 Co sprito aceso em doce som de gloria,
 Quanto das Musas mais fores amigo.
 Ao sol da alta trombeta, que a memoria
 De Achilles fero ao Mundo renovava,
 Encheo o grã Macedonio su'alta historia.
 Quantas vezes gemia e suspirava
 Com generosa inveja do alto canto,
 Que a nova gloria e fama o levantava!

(Ibidem, pag. 116)

A carta a Simão da Silveira é um hymno optimista ás possibilidades da lingua portuguesa para a alta poesia. Nella está incutida a idea de progresso em litteratura, não com a amplitude que o romantismo lhe trouxe, naturalmente, mas no sentido de attingir as mesmas bellezas expressas em latim, em grego e em italiano por meio de linguas formadas e trabalhadas depois:

Quantos antes de Homero mal cantaram!
 Quanto tempo Sicilia, quanto Athenas,
 Que depois tal som deram, se calaram!
 Não criou logo Roma as altas pennas,
 Com que de boca em boca vay voando,
 Iguaes fazendo ás armas as Camenas.

(Ibidem, pag. 136)

Sem genio, Ferreira era uma typica mentalidade renascentista, com seu culto do heroismo, sua admiração da personalidade voluntariosa, sua sêde de gloria e seus contrastes de desapego das grandezas do mundo; este vinha-lhe do velho estoicismo muito mais que do christianismo — traço que mais accentua a constituição renascentista da sua individualidade artistica e moral. Algum Burkhardt ou Gobineau, que venha a estudar o typismo psychologico dos portugueses do seculo XVI, encontra em Ferreira, atravez da sua expressão poetica

pouco fluente, um dos depoimentos mais flagrantes sobre o que era materia de valor para esses homens de prodigio. Para elles a creação duma epopêa era um feito equiparavel á façanha que se commemorava.



3.º — A epopêa e o mecenatismo

Uma idea muito do seculo XVI, bebida nos exemplos classicos, é a indispensabilidade do mecenatismo á epopêa: sem Augustos e Mecenas, generosos protectores dos poetas, não pode haver canto heroico, ou porque tão alta empreza exija a despreoccupação economica ou porque sem altos estimulos falleça aos poetas o animo. Camões perfilhou esta idea, mas a sua vida é um pleno desmentido dessa presumpção. Sá de Miranda, muito antes, pede ao Duque de Aveiro que dê a sua estima à poesia (Egloga 3.^a) e louva alguns grandes do mundo que souberam amar as letras (Carta IV). Mas Diogo Bernardes é que é o pontifice d'esta idea. Ella foi tão insistentemente repetida e pretendeu estabelecer tão estreita ligação entre o favor dos grandes e a inspiração epica que se tornou uma indigna mendicidade, fazendo de Bernardes um antecessor de Tolentino no envilecimento ethico da arte.

Ao magnate desconhecido, a quem dedica a egloga XI, expõe essa estranha philosophia poetica, que repete a Luiz de Alcaçova Carneiro (V. *O Lyra*, pag. 138-9 da ed. de 1820), a Christovam de Moura (Ibidem, pag. 243 e a Pedro Alvares Pereira (pag. 249). Punha o estimulo dos Mecenas acima da propria inspiração, como causa determinadora da obra de arte; assim se depreheende da sua confissão a Antonio de Castilho:

Pesa-me não poder em nova historia
Dos Lusitanos Reys a origem clara
Levar ao templo da immortal memoria,
Não por falta de ingenho e invenção rara,
Estilo e arte, que Febo em tal sogeito
Desusados conceitos me inspirara.
Mas sabes de que nace este defeito?
De não ver neste tempo hum novo Augusto
A quem tão bom trabalho seja aceito;
Logo necessario he, não digo justo,
Negar-me a meu desejo, por buscar
Cousa que á pobre vida faça o custo.

(Ibidem, pag. 177).

Tambem nas obras de Pedro de Andrade de Caminha estão repetidamente declaradas ideas e formas de sentir analogas: apologia do espirito heroico, sublimidades da gloria, a epopêa como suprema recompensa da gloria, louvores aos poemas de Jeronymo Côrte Real e Pereira Brandão, e epitaphios numerosos de sabor epico. O que fica mal parado nas epistolas e nas odes de Caminha é o criterio de escolha dos heroes e das façanhas dignas de serem celebradas em epopêa, grandes personagens ainda vivas que poderiam amparar o seu canto, como eram o Infante D. Duarte e os esposos Farnesio.

Vê-se que antes, muito antes que os estados totalitarios do seculo XX creassem os serviços da litteratura dirigida, os poetas se offerèciam para constituir um departamento predecessor de litteratura protegida.

4.º — As tapeçarias sobre o descobrimento da India

Como é sabido, as colgaduras de Flandres succederam á pintura a fresco e foram por um momento, antes da expansão da technica e do gôsto da pintura a oleo, a forma suprema da consagração pela imagem e com a pintura vieram a coexistir logo com grande brilho. A materia heroica portuguesa tambem forneceu themes aos tapeceiros. Ha noticia de grandes collecções de tapetes sobre os themes seguintes: Nun'Alvares, as conquistas africanas de Affonso V, o descobrimento e a conquista da India, as façanhas dos Gamas e as glorias de D. João de Castro no Oriente. Pela collaboração de Portugal no feito commemorado, tambem se podem considerar como atinentes á nossa historia as tapeçarias sobre a tomada de Tunis por Carlos I de Hespanha, que se conservavam na casa real hespanhola e que se exhibiram ainda na exposição ibero-americana de Sevilha em 1929-1930.

Das collecções completamente portugesas existem hoje só as de Affonso V, em Pastrana, que vieram a ser envolvidas na accesa discussão dos triptychos de Nuno Gonçalves; cinco de materia indiana estudadas pelo critico sueco, sr. John Böttinger; as de D. João de Castro, conservadas no antigo palacio imperial de Vienna, segundo divulgou o sr. Luiz Keil no seu estudo *As tapeçarias de D. João de Castro*, publicado no *Eluclidario nobiliarchico*, Lisboa, 1928, vol. 1.º, pags. 275-290; e as chamadas das *Esferas*, de que restam três, cuja proveniencia portuguesa e cujos intuitos de ufania engrandecedora foram identificadas pelos srs. Tormo y Monzó e Sánchez-Cantón.

Propriamente de tapeçarias sobre o descobrimento das Indias orientaes ou estreitamente allusivas ao conjuncto das viagens maritimas, pude obter os seguintes dados:

a) Um documento de 1504, publicado por Jules Hudoy a pags. 141-2 da sua obra *Les tapisseries de haute lisse — Histoire de la fabrication lilloise du XIV siècle et documents inédits concernant l'histoire des tapisseries de Flandres*, Lille-Paris, 1871. Reza esse documento:

“1504. A Jean Grenier, tapissier, demeurant à Tournai pour 1111c XXXVI aul, de tapisserie faicte à la manière de Portugal et de Indie pour icelle envoyer à M. S. de ville que estoit lors en embassad illec pour la présenter en don à aucun seigneur de France dont n'est besoin icy faire déclaration... VIIc IIIIx IIIIi.” — *O aune (ulna)* era uma medida de comprimento, que valia 1,888 de hoje.

b) Um papel sem data, contendo instrucções regias para a tecedura duma serie de tapetes com quadros sobre o descobrimento da India, exaradas por Antonio Carneiro, então secretario de D. Manuel I. Este importante e curiosissimo documento foi revelado, na epocha do tricentenario da morte de Camões, por J. A. da Graça Barreto num opusculo com a limitada tiragem de 100 exemplares, sob o titulo de: *A descoberta da India ordenada em tapeçaria por mandado de El-Rei D. Manuel I*, Coimbra, 1880, 15 pag. Sousa Viterbo conheceu o documento, porque duas vezes se lhe referiu, em 1892 e em 1901 (pag. 87 de *Arte e Artistas* e pag. 15 da *Livraria Real*), mas não declarou que se achava impresso desde 1880 por Graça Barreto. Reproduziu-o na integra, dando a cota e proporcionando-nos uma leitura auctorisada, o historiador J. Ramos Coelho, na sua obra *Alguns documentos da Torre do Tombo acêrca dos Descobrimientos e Conquistas dos portugueses*, Lisboa, 1892, publicação commemorativa do quarto centenario do descobrimento da America. E' essa leitura que eu adopto na transcripção que segue:

Item. Primeiramente em como ho almirante e seu jrmão e Nicolao Coelho, todos tres se estando espedimdo de mym e tomamdo seu regimento no tempo do primeiro descobrimento; e ysto em huum encasamento.

Item. Em outro encasamento Nosa Senhora de Belem pello natural; e os frades em precisam ate agoa com suas capas e cirios; e as naaos quatro que vaao a veella com as cruzes de Christos nas veellas e os amjos diante que levavam; e o nome de cada nao no costado ou omde lhe mijlhor perreçer, e a capitanya com ha bamdeira de Christos e a das armas na quadra e outras da devisa e huña das armas dos capitaes em cada nao; e la no despimento os nomes.

Item. Em outro o cabo da Boâa Esperança, e com ho nome scrito que diga Praso Presmonitoryo com alguñas alymarias d alifantes e negros, e gaado vacuum, e casas a maneira de lar, e pastores com manadas; e as tres naaos asy como partiram de Lixboa, que vaão em rostro do cabo.

E no cabo posto huum padram com as armas e + de Christos em cyma, e a era em que foram postos, e alguña letra que bem parecer.

Saber: as armas e o pelicano em baixo e a + de cruzados em çyma.

Item. Em outro, Cufalla pello natural, e as naaos ancoradas com suas bamdeiras, e como saem em terra nos bates e pohem o padram.

E os mouros e caferes no natural, e nas cores e vestidos como resgatao o ouro, com elles vem, e cada huum resgata e parte em seu batel das naaos, saber: os mouros em huum cabo apartadamente, e os caferes em outro stando huus e outros em terra. E o rei de Cufala, como vem fallar ao capitam, e asentar paz, e tomar bandeira das armas, e a maneira em que se lhe daa. E na terra seja pello natural: as arvores e alyfantes e lyoes e bufaros.

Item. Em outro, Moçanbique (1): huua fortaleza, e porto de mar, e naaos nelle que entram e saem d huum cabo e do outro em maneira de duas frotas, e com duas naaos capitaynas, cada huua de sua parte, com bandeiras na gavea das + de Christos, e as outras como as outras.

Item. Em outro, Quayloa (2) tambem no natural: forteza apartada, com bandeiras das armas, e cidade, e com ha frota diante; e como a gente entra pela cidade e se toma: e como se faz o rey pelo capitam moor, e lhe toma menajem e juramento de sogeyto.

Item. Em outro Mambaça (3): como se toma, e a gente entra por duas partes; e o modo do desembarcar; e asy o fogo da cidade; e como se pohem as bamdeiras nas torres; e o modo da sayda da gente fora da cidade, e mortos; tudo pello natural, e asy nos trajos dos homens de la da terra, e suas bandeiras, e modo de suas armas, e recolhimento dos despojos as naaos que aqui ouve.

Item. A tomada de Brava como foy.

Item. Em outro, o fecto de Çoçotora tambem pello natural como foy.

Item. O fecto de Ormuz, com os lugares que forem pera poher.

Item. O fazemento da fortadeza de Cochy: e os capitães como ha amdã fazendo; e as naaos como estam no mar; e as duas armadas, e capitães d elas; e huua jgreja, e como se bautizam os da terra e que venhao.

Item. O fazemento de Cananor, asy como se fez; e as bandeiras com suas armas.

Item. O desbarato da armada dos rumes, pelo natural, e con toda fremosfera que se lhe poder fazer; e as naaos todas levaram, aquelas que tiveram capitães conhecidos, huua bandeira em cada huua das suas armas.

Item. O desbarato da armada dos mouros que fez Dom Lourenço, tambem na maneira em que estaa, e con toda outra fremosfera que se lhe posa fazer.

Item. O desbarato e destrocã que fez Lopo Soarez: a maneira em que foy; e a maneira em que estavam as naaos dos jmiguos, e como armadas e aparelhadas; e como as naaos estavam, e asy as nosas; e como foram as gentes d El Rey nos bates das suas naaos a pellejar com ellas, e com a deferença dos jmiguos, saber, de gentes,

(1) Em cota marginal, pela mesma letra de quem escreveu o documento, lê-se a palavra "Ilha".

(2) Em cota marginal, pela mesma letra, lê-se a palavra "Ilha".

(3) Em cota marginal, pela mesma letra, a palavra "Ilha".

e trajos, e armas, e asy bamdeiras d El Rey e dos capitães, e dos jnigos, e fogo das naaos, e asento das artelharyas em terras pera as-defenderem.

Item. O descobrimento da Taprobana: e como chegam as naaos e pohem o padram; e o rey da tera como recebe os embaixadores, e na maneira em que dizem que elle estava; e como caregam de canella os da terra a meter nas naaos.

Item. A tomada de Chaul, na maneira em que foy e que ho viso rey tomou neste caminho.

Item. A tomada de Calecut, e no modo em que foy: saber: queymar das naaos, e do seu cerame; e entrada da cidade, e queymamento da sua mezquita, e entrada dos pacos d el rey de Calecut, e despojo da cidade, e o modo da sayda da gente, e as bamdeiras dos capitaes.

Item. A chegada (1) do almirante a Callect: tres naaos, e o modo em que hiam, e como poseram os padrões, e como foy reçebydo pella gente da terra.

Item. A tornada do almirante, e chegada a Lisboa com suas naaos; e como foy reçebydo e chegou a El Rey com o trebuto e parias que trouxe de Quiloa.

Item. Em Cochy a casa da feitoria; e modo que se tem na compra e vmda das especiarias com os mercadores e joyas; e como descaregam.

E como se daa a copa a el rei de Cochy, e a cerimonia com que se lhe daa. E a pintura das geentes, cor e vestido, e armas o natural, e seus amdores, e alifantes, e sombreiros.

Item. As molheres como se queymam, com o modo todo em que se faz.

Item. O rey que se espedaça, e o modo em que ho faz.

Item. As molheres que se metem nos cambos.

Item. O modo de trazer as joyas nos dedos dos pees e o modo em que as trazem.

Item. Os amdores como sam guarneçidos de pedraria.

(Nas costas do documento, o seguinte, pela mesma letra:) Pera os pannos que El Rey, noso Senhor, quer hordenar.

(Torre do Tombo, Cartas missivas, março 3.º, doc. n.º 245).

Este documento registra o criterio de selecção do rei, sem duvida de accôrdo com o publico sentir, ante o acêrvo das proezas do Oriente. Deve ter sido dictado pelo rei — mais do que inspirado, como queria Sousa Viterbo — porque se declara na rubrica do primeiro painel: “todos três se estando espe-dím-do de mym”. Não tem data, mas é datavel com probabilidade de acerto, porque consigna successos que se extendem

(1) Em cota marginal, por letra de quem escreveu o documento, lê-se a palavra “primeira”. Este e os trez paragraphos seguintes estão riscados.

desde a partida de Vasco da Gama em 2 de Julho de 1497 até á tomada de Calicut por Affonso de Albuquerque em Dezembro de 1509, sem se referir a façanhas de vulto como a tomada de Gôa em Janeiro de 1510 e de Malaca em Agosto de 1511; será de 1510, mas anterior á chegada a Lisboa da noticia da conquista de Gôa, que não poderia ser esquecida.

O documento revela ainda que a serie de tapeçarias era heterogenea quanto ao seu assumpto, porque os seus 26 paineis ou “encasamentos” começavam por três relativos à viagem “do primeiro descobrimento”, isto é, de Vasco da Gama, mas interrompiam a sequencia com o registro dos feitos de Sancho Toar, da armada de Alvares Cabral, do governo de D. Francisco de Almeida, da armada de Lopo Soares de Albergaria e do governo de Affonso de Albuquerque, para retomar a primeira viagem, com a chegada do almirante a Calicut e seu regresso a Lisboa, e fechar com seis quadros de ethnographia exotica. Depois o rei ou algum seu conselheiro deu-se conta da desordem chronologica e riscaram-se os três “encasamentos” que surgiam fóra do seu lugar: *chegada do Gama a Calicut, seu regresso a Lisboa e a feitoria de Cochim, fundada por Cabral em 1500.*

Foi redigido este rascunho na altura dos grandes triumphos de Albuquerque — o qual tinha ainda bastante para dar.

Para o meu ponto de vista, o curioso é salientar que a materia dos 26 “encasamentos” está toda, ainda que nalguns episodios por modo esparso, nos *Lusíadas*, principalmente no canto X, na falla de Thetys. Devemos considerar este documento como um instante do processo de crystallisação das “lendas da India”.

c) De 1522 ha uma noticia associavel talvez a estas tapeçarias. Sousa Viterbo, na sua monographia, *A Livraria Real, especialmente no reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1901, 73 pags., publicou um catalogo dos livros do rei venturoso, especie de inventario feito por motivo da sua morte. A verba 27.^a reza assim: “27 — it. — Outro espirito em purgaminho, emluminado a lugares de ouro, dos *treumfos da India*, coberto de veludo creme sym, com quatro brochas, sete cantos, com duas rosas no meio esmaltadas, tudo de cobre dourado”. — Tratava-se certamente dum texto linguistico, “outro espirito em purgaminho”, outro, porque o anterior, “outro livro espirito em purgaminho, que parece oraçam”, tambem o é — mas Sousa Viterbo não considera arriscado suppor que esse manuscripto dos *Triumphos da India* contivesse os desenhos destinados

às tapeçarias, que se queria encommendar com as instrucções redigidas por Antonio Carneiro.

De facto, o titulo *Triumphos* era muito usual na arte da tapeçaria. Conhecem-se collecções assim chamadas : *Triumpho do amor divino, Triumphos de Venus, Triumphos de Julio Cesar, Triumphos de Scipião, Triumpho de Bacho, Triumphos da Castidade, Triumpho da Igreja, Triumpho da Eucharistia, Triumpho dos Deuses, Triumphos de Petrarcha, etc.* Comtudo parece-me arristado fazer conjecturas sobre tão fragil base. Das taçeçarias portuguesas desconhecem-se os cartões e os nomes dos seus pintores ou desenhadores, embora haja muitas informações sobre encommendas e compras de Portugal na Flandres, ministradas em parte consideravel por Alphonse Wauters na sua monographia: *Les Tapisseries Bruxelloises, Essai historique sur les tapisseries et les tapissiers de haute et de basse lisse de Bruxelles, Bruxelles, 1878.*

d) Do mesmo anno de 1522 é um documento publicado por Jules Hudoy, a pag. 144 da sua obra já citada, dum theor que parece confirmar a existencia dum estylo indiano de tapeçaria, evidentemente de proveniencia ou influencia portuguesa :

“1522. Pour VI tapis de l'histoire indienne à oliffans & jeraffles, pour en tendre une sallette contenant IIIc IIIxx XVII aulnes à XXX VIIIIs... VIIc LIII VIs.”

Repare-se que a decoração era formada por desenhos de animaes exóticos.

e) Ainda noutros documentos revelados pelos historiadores da tapeçaria flamenga se encontram referencias a essa maneira luso-indiana, praticada por um fabricante de Tournai, Arnould Poissoniers, que em 1510 tecia “une histoire des gens et bestes sauvages à la manière de Calcut” e que, segundo o inventario que seguiu a sua morte em 1522, deixava já tecida uma “chambre de tapisserie de Calcou en 9 pièces”, talvez a annunciada em 1510. (Eugène Soil, *Les Tapisseries de Tournai, Tournai, 1891, pag. 175*).

f) Tapeçarias referentes ao descobrimento da India adornaram o salão nobre do Paço de Almeirim em 23 de Maio de 1543, por occasião dos esponsaes da Infanta D. Maria, filha de D. João III, com o principe Philippe, futuro rei de Hespanha, segundo do nome, representado no acto pelo embaixador Luis Sarmiento Mendoza: “A salla estava armada de ta-

peçaria dos panos da tomada da India...". Isto diz um documento da Casa de Bragança, publicado por D. Antonio Caetano de Sousa, nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, vol. 3.º, pags. 111-2. Mas é uma copia de documento hoje perdido e não acerta com Francisco de Andrada, chronista official e contemporaneo do successo, quanto ao dia do casamento, que para este foi o de 12 de Maio, razões que não invalidam em absoluto o depoimento sobre um pormenor.

g) Em 1571 veiu ás côrtes de Portugal e Hespanha o legado pontificio Cardeal Alexandrino. Em Lisboa avistou-se com D. Sebastião e foi seu hospede no Paço da Alcaçova ou do Castello de S. Jorge. Descrevendo a viagem, o seu secretario João Baptista Venturino legou-nos o minucioso relato que se guarda na Bibliotheca Vaticana, sob o n.º 1.607. Desse codice deu extractos de materia portuguesa Alexandre Herculano; e nesses extractos ha referencias aos opulentos pannos de Ras, que adornavam as salas do Paço, com assumptos geraes como o Velho Testamento ou nacionaes como Nun' Alvares e a India. Um, com thema indiano, exhibia-se na capella: "Esta capella é de bom tamanho. Tem um S. Miguel expulsando Lucifer que é obra de mestre: está forrada de tapeçarias, uma das quaes representa ao natural el-rei D. Manuel, rodeado do conselho dos grandes, quando resolveu mandar conquistar as Indias que hoje chamam de Portugal. E' de grande preço". (*Opusculos*, Herculano, vol. 6.º, pags. 88-89 da 3.ª ed.).

h) Em 21 de Março de 1595, um P.e André Coutinho, enriquecido na India, fazia testamento e nelle deixava ao seu intimo amigo, D. Miguel da Gama, da familia do descobridor da India, alguns pannos de Ras com quadros das façanhas portuguesas no Oriente. Dá noticia deste facto o P.e José Pereira Sant'Anna:

"Entre outras cousas lhe deo huns singulares pannos de Ras, aonde as proezas dos Gamas estavam bem debuxadas, razão, porque fallando delles no seu testamento para que se entregassem ao dito Cavalheiro, disse, *que erão da sua historia*".

(*Chronica dos Carmelitas*, Lisboa, 1751, tomo 2.º, pag. 337). Este dado revelou-o Sousa Viterbo no seu livro *Arte e Artistas Portugueses*, Lisboa, 1892, pag. 87-89.

i) Percorrendo toda a collecção dos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, de Freire de Oliveira, apenas encontrei, a pag. 499 do vol. 2.º, uma referencia a tapeçarias;

quando diz que a sala dos Paços da Ribeira, onde em 14 de Julho de 1619, se realisou a solemnidade do juramento do principe herdeiro que veiu a ser Felipe IV de Hespanha e III de Portugal, estava “toda armada de rica tapeçaria de seda, ouro e prata...” Pertenciam estes pannos á serie projectada por Antonio Carneiro? Seriam da moda de Calicut? Consultando o indice geral dos *Elementos*, organizado proficientemente pelo sr. A. E. Rodrigues da Silva, e ainda inedito, nada mais encontrei que ajudasse a esclarecer este ponto.

j) Manuel de Faria e Sousa, no 1.º tomo da sua *Asia Portuguesa*, sahido em Lisboa, 1667, ao contar a tomada de Quiloa e a pomposa enthronisação do rei Anconij, imposto por D. Francisco de Almeida, recorda que essa proeza foi glorificada em tapeçaria por ordem do rei D. Manuel: “Acto fué este, que después se vió encomendado a la perpetuidad, en dibuxo de tapicerias preciosas, que el Rey D. Manuel mandó labrar glorioso deste sucesso”. (Pags. 74-75 da ed. de 1703). Trata-se dum quadro não mencionado na lista de Antonio Carneiro.

k) Em 1727 entabolou-se correspondencia acerca de tapeçarias de Ras entre D. Luiz da Cunha, o famoso diplomata de D. João V, então na Hollanda, e Francisco Mendes Goes, que era encarregado de negocios em Paris. O primeiro incumbia o segundo de lhe comprar algum jogo de tapeçarias flamengas em boas condições, com destino ao rei, segundo parece, e o segundo dava-lhe conta minuciosa das suas observações e diligencias. Nessas cartas allude-se claramente a uma collecção indiana:

“Exmo. Sr.

Meu Sor.: Recebi a carta de 30 de Março que v. Ex.^a me fez honra de escrever. Da copia junta poderia V. Ex.^a ver a ordem que tenho sobre as tapessarias. Nos Gobellins ha uma raridade das Índias, como V. Ex.^a verá do papel junto, que he a unica, que se haja feito sem ser encomendada. Além de ter cadeiras, que são inuteis, não tem a altura que se requiere. Esta falta porem dizem se remediaria facilmente, e sem esta augmentação, o preço he de 30 mil livras: mas quando conviesse, sempre haveria o perigo de que Mr. Walpole pretende compralla para um Mylord; e neste caso, será difficil de compralla barata”.

A sequencia da carta já não respeita ao nosso assumpto: tapeçarias indianas, embora contenha noticias de grande interesse sobre a industria e o commercio dos pannos de Ras. O mais importante é a memoria descriptiva dessa “raridade

das Indias”, que eu tive a boa fortuna de achar e que a seguir transcrevo:

“Mémorial d’une tenture de tapisserie en six pièces appartenant a Yans tapissier hautelissier ordinaire du Roy en sa manufacture Royale des Gobelins faite d’après les desseins du Roy représentant ce qu’il y a de plus curieux dans les Indes orientales et occidentales, en fruits, fleurs, animeaux, poissons, plantes, paysages, où il y a des figures naturels du pays ensemble le cours de chaque pièce et la hauteur avec un meuble complet dans le même goût des Indes pour aller avec la dite tapisserie comme il va être expliqué.

Sçavoir:

Une première pièce que l’on nomme le chenal rayé du cours de	5 aul. ½ de France
Une 2 ^e pièce que l’on nomme l’éléphant du cours de	4 ½
La 3 ^e pièce que l’on nomme les taureaux du cours de	4
La 4 ^e pièce que l’on nomme les pecheurs du cours de	3
La 5 ^e pièce que l’on nomme le combat des animeaux et oiseau du cours de	2 ½
Et la 6 ^e pièce que l’on nomme le chasseur du cours de	2
Total du cours de la tenture	21 aul. ½ de France
Sur la hauteur de 3 aul. de France.	
Meuble dans le même gout des Indes à fond de soye.	

Sçavoir

Deux canapez fond et dossier de 7 pieds ½ de France à fond de soye.	
deux portiers aussy à fond de soye du cours chaque portière de	2 aul. de France
sur la hauteur de	3 ½ de France
plus 10 Fauteils aussy à fond de soye fond et dossier	
plus un écran aussy à fond de soye dans le même goût.	

Tout ce meuble est particulier n’ayant jamais esté executé que par le dit Yans et d’un goût parfait, aussy bien que la tapisserie.

Lesq. Yans en a fait une tenture pour le Roy qui a esté donné au feu Czar de Moscovie quand il est venu en France, l’ayant préféré à toutes les tentures que Sa M.té luy offroit par son goût particulier.

Tout ce que cette tapisserie represente a esté peint sur les lieux par ordre du feu Roy, et ainsi la verité se trouve dans ce qu’elle represente.

Les six pièces de la tapisserie, les deux portieres, les deux canapez, les 10 Fauteils, et l’Ecran tout estimez valoir par le dit Yans la somme de 30.000 l.

La personne qui examinera ce memoire est supliée de faire attention à la quantité d'ouvrage que l'on propose et la perfection de cet ouvrage. Le nom du dit Yans est au bas de ses ouvrages ainsi Yans dès Gobelins.

On peut mettre les armes du seigneur à chaque pièce de la tapisserie a qui cet ouvrage conviendrait envoyant seulement le Blazon coloré de ses armes.

Toutte l'ouvrage est en etat d'être livré, et tout venant d'estre finye”.

(Manuscripto n.º 619 da Bibliotheca da Academia das Sciencias de Lisboa)

Vê-se por este texto que a moda indiana das tapeçarias, determinada pelo descobrimento de Vasco da Gama, ainda vigorava na primeira metade do seculo XVIII. Mendes Goes chama “raridade” a este jogo de tapeçarias, mas a memoria confirma a vigencia do gôsto: “tout venant d'estre finye”.

l) Crê-se geralmente que as tapeçarias da India desapareceram, as de D. Manuel I, destruidas pelo tempo ou devoradas pelo terremoto de 1755 e pelo incendio que se lhe seguiu e que arruinou todo o Paço da Ribeira. Comtudo, em 1880, no seu opusculo revelador, Graça Barreto registrava a seguinte vaga noticia, que recolhera dum celebre medico da real camara: “O sr. Conselheiro Magalhães Coutinho julga que ainda existem alguns destes tecidos (provavelmente panos de Ras) na Casa Real e adverte-me que Sua Magestade se recorda de haver visto um, da chegada do Almirante a Calicut, no palacio de Mafra”. (Pag. 6).

m) Com a sua habitual phantasia Theophilo Braga dá por boa a identificação proposta por Sousa Viterbo, entre o pergaminho dos *Triumphos da India*, da Livraria de D. Manuel I, que ninguem viu, e o texto do manuscripto em papel de Antonio Carneiro, seu secretario, e attribue decididamente a essas tapeçarias influencia sobre a elaboração dos *Lusiadas* (V. *Camões*, Porto, 1907, pags. 294). Como phantasia, vale mais a hypothese poetica de Garrett: a visão do espectro de D. Manuel I, no templo dos Jeronymos, incumbindo-o do excelso pregão (*Camões*, canto III, est. XIX-XXII). O mesmo biographo diz que Joaquim de Vasconcellos fez um confronto do manuscripto de Antonio Carneiro com os *Lusiadas* (pag. 295), mas não consegui ver esse trabalho de Vasconcellos.

n) Em 1919 appareceu uma obra hespanhola, com algumas noticias de importancia sobre este assumpto. Eu só a conheci com segurança, quando, procurei documentar-me sobre uma collecção de tapeçarias, de evidente character portuguez

que pude examinar no Palacio Real de Madrid. Já circulava a primeira edição deste livrinho, quando os successos politicos de Hespanha facilitaram o accesso publico ao Palacio do Oriente, transformado em Museu da Monarchia. Ahi pude ver com detença a collecção chamada das *Esphas*. São três, emolduradas num quadrado de cêrca de 3m,5 de lado, sobre as paredes do pequeno compartimento, que era quarto de dormir da velha Infanta Isabel, tia de Affonso XIII, que duas vezes teve de abandonar o Palacio, compellida pelas revoluções de 1868 e 1931. O pessoal do paço, pouco inteirado de coisas de arte, não as identifica como portuguesas e os prospectos do turismo ligam-nas ao reinado dos Reis Catholicos. Mas a auctoridade do professor Elias Tormo e de Sánchez-Cantón claramente se pronuncia nesse sentido.

A primeira referencia de significação a alguns destes tapetes é a contida na obra *Espanña artistica y monumental*, de Pedro Madrazo (1816-1898), poeta e archeologo, que deixou excellentes materiaes para o inventario das riquezas artisticas de Hespanha. O Conde de Valencia de D. Juan, na sua opulenta monographia, *Los Tapices de la Corona de España*, Madrid, 1903, 2 vols., nada adiantou. Elias Tormo e Sánchez-Cantón, em 1919, é que reproduziram uma dessas tapeçarias e propuzeram uma attribuição portuguesa, na obra *Los Tapices de la Casa del Rey N. S. — Notas para el catálogo y para la história de la Colección y de la Fabrica*, Madrid, XXXIX — 161 pags. E' claro que o portuguesismo dos tapetes se limita á inspiração e aos motivos, porque a fabricação é indubitavelmente flamenga. Pela sua importancia e novidade, especialmente para leitores portugueses, o paragrapho respectivo da obra de Tormo e Sánchez-Cantón deve ser transcripto na integra:

“As Esphas (Três tapetes). As três esphas, celeste, armillar e terrestre, constituem a serie, tecida com seda, lhama e ouro, de character gentilmente decorativo; a primeira é sustentada por Hércules, a segunda por Atlas, ambas rodeadas de divindades do Olympo, e a terceira amparada por Jupiter e por Juno. Pela completa igualdade de franjas e de tamanho, e pelas notas geraes do desenho e da côr, se accrescenta nos inventarios do palacio como quarto tapete, um que representa Coriolano, a quem em vão querem reter em Roma sua mãe, Vetúria, e sua esposa, Volumnia. Na realidade, segundo o primeiro dado que possuímos ácerca desta tapeçaria, eram cinco peças. Como estes tapetes se achavam dependurados no palacio, o Conde de Valencia de D. Juan não os pôde incluir no seu livro, como tinha pensado, e reduziu-se a assegurar, fallando no plural, que atingem oito series e que procedem do Impera-

dor Carlos V; quem publicou e estudou dois d'elles, o primeiro e o segundo, foi D. Pedro Madrazo (*España Artistica y Monumental*, serie IV, fasciculos, 1.º e 4.º), dizendo que não se acha menção desta tapeçaria nos inventarios da Casa Real, anteriores ao anno de 1659; que Leonardo del Castillo no *Viaje de Felipe IV a la frontera de Francia*, no dito anno, diz que se dependuraram na ilha dos Faisões, na sala terceira, cinco pannos de uma tapeçaria preciosa das *Esphe-ras*, que veiu de Portugal e que não podia recordar se nas *Relacio-nes* de Cabrera de Cordoba se dizia que tivessem sido trazidas da-quelle paiz por Filipe III. Nada mais indicado que o thema das *Esphe-ras* para as fazer suppôr da Casa Real portuguesa de Aviz. A esphera armillar que se repete aqui, além do seu proprio tapete, no alto das franjas dos outros, foi emblema de D. Manuel I, o Afortu-nado; Atlas, particularmente, podia symbolisar Marrocos tambem, a terra das emprezas de D. Affonso V, o Africano, e do Infante Santo, D. Fernando; e quanto á esphera terrestre, offerece-se no ta-pete com a Africa e as Indias Orientaes na maior visualidade, talvez em recordação das epicas façanhas dos navegadores lusitanos. As figuras de Jupiter e de Juno, amparando a esphera terrestre, talvez symbolisem os monarchas D. João III, o Piedoso, e D. Catharina de Austria, sua esposa, irmã de Carlos V. A figura de Jupiter é quasi um retrato do primeiro; e tambem o é outra figura de entre os denses do primeiro tapete. E o supposto Jupiter pode ser talvez o proprio monarcha entregando, por cima da esphera terrestre, á rainha dos descobrimentos, Lusitania, (se não é a propria esposa do monarcha) o sceptro do reino que se assenhoreára dos mares e dos continentes.

A marca é das de typo pouco commum, formada com outros elementos que não letras, faltando a indicação de Bruxellas. O açafate ou corolla de flor composta, as folhas e a bandeirola têm um significado mysterioso que ninguem intentou definir; tem relati-va similhaça com as marcas da serie I de *Pomona*, ainda que estas já juntam letras. Os Pannemaker herdaram ou tinham os cartões de *Pomona*, a julgar pelas series de replicas e por isso não se pode presumir que os cartões das *Esphe-ras* fossem propriedade da mes-ma familia; mas devem conjecturar-se, em razão da enigmatica marca, duas coisas: que correspondem a Bruxellas e ainda ao reina-do do Imperador, como o mais provavel. Nas letras dos quatro ta-petes, parece indicado ver-se, além d'isso, allusões á grandeza da monarchia portuguesa. Dizem: *Magna virtus, sed alienae obnoxia, ingens fama est igeps. Gloria summa, nam sua ipsius sola virtutis fama, vel hostec quoque ultra subditus facit.*

As franjas são de fructos muito bellos, enchendo o espaço e cor-rendo por entre ellas uma fita, que dá a volta á supposta moldura. A esphera armillar dos portugueses, no panno de Coriolano, como nos outros, não está no centro, mas á esquerda do espectador. Ao centro alto o que ha são disticos com letra que declara a legitima altivez da nação que pelos seus navegadores fez o periplo da Africa, senhoreu-se das Indias asiaticas e de parte consideravel das ame-ricanas.

Reproduzimos o tapete II, no qual Hercules, a julgar pela pelle do leão de Neméa, e não Atlas, sustenta a abobeda dos ceus, imagi-nada como esphera armillar, com todos os elementos proprios do systema de Ptolomeu. Em cima um genio do destino humano escre-

ve a historia nos signos do Zodiaco e outro genio do trabalho humano, por entre as nuvens, cava a terra com afinco, mallogrando-se o seu proposito pelo mau signo duma estrella. Sobre o sólo, reconhece-se Mercurio, o deus do commercio, que acompanha Marte e Venus; do lado opposto, á direita, vêem-se duas figuras allegoricas, dirigidas por Cupido; talvez representem a Paixão cega e a Reflexão” (Pag. 85-87).

Acêrca da proveniencia dos tapetes ou sobre a explicação da existencia d’elles em Hespanha, ha na obra citada de Elias Tormo e Sánchez-Cantón uma informação de interesse e aqui applicavel. O Duque do Infantado, Mordomo de Filippe II, suggere-lhe para Lisboa, onde o soberano se encontrava, que faça transferir para Madrid as tapeçarias da corôa portuguesa, porque fariam muita conta na côrte hespanhola e porque em Lisboa se estragariam nas mãos dos creados dos vice-reis e nos repetidos empréstimos para as festas da Igreja. A essa proposta dá o soberano o seguinte despacho: “Por alguma cousa me ha parecido no haber novedad”. Isto, passado da giria official do fim do seculo XVI para a de hoje, significa: “Archive-se”.

o) Na dissertação de concurso ao lugar de conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, do sr. Luiz Keil, *Faianças e tapeçarias*, Elvas, 1919, acho as linhas seguintes: “Em Tournai teceram-se as celebres series da Conquista das Indias; que remontam aos primeiros annos do seculo XVI, das quaes existem ainda em França, na collecção do Marquez de Brézé, três pannos: uma caçada aos leões; as naus portuguesas partindo da India, carregadas de produtos do oriente; e a marcha triumphal dos embaixadores escoltados de indios e animaes exóticos.” (Pag. 29).

p) Em 1921, o critico sueco, sr. John Böttinger, publicou na revista do seu paiz, *Nationalmusei Arsbok*, pags. 1-31, um penetrante estudo sobre as três tapeçarias pertencentes ao Marquez de Dreux-Brézé, sobre outra do Museu Victoria and d’Albert, de Londres e ainda sobre outra do Museu Nacional de Stockholm. O sr. Böttinger compara-as entre si e relaciona-as com as instrucções de D. Manuel I, que transcrevi neste mesmo appendice, das quaes lhe fôra proporcionada de Portugal uma traducção. E conclue por considera-las authenticamente quinhestistas, de fabricação flamenga, com decoraçào exotica de animaes e plantas, typos indianos e imitação de tecidos asiaticos, e identifica uma das figuras do cortejo festivo, de que fa-

zem parte três dessas tapeçarias, com o proprio Vasco da Gama (1).

E aqui está o que se pode alcançar por agora sobre as famosas tapeçarias da India, atravez das obras dos eruditos historiadores da arte portuguesa e de inspiração portuguesa. Sousa Viterbo tornou a occupar-se da tapeçaria em Portugal, *Artes industriaes e industrias portuguesas, a tapeçaria*, no Instituto, vol. 49.º, Coimbra, 1902, mas nada ajuntou de novo sobre este curioso problema. E eu, tendo feito diligencias de alguma coisa encontrar na Torre do Tombo, na correspondencia dos feitores de Flandres, tambem nada mais posso accrescentar.

Conclusão:

Não se deve procurar apenas o paradeiro dessas meio mysteriosas tapeçarias da India, mandadas tecer por D. Manuel I, deve-se procurar reconstituir a historia de um estylo, moda ou maneira luso-indiana de tapeçaria flamenga, suggerida pela emoção universal causada pelo descobrimento da India. Tal estylo, que me parece sufficientemente documentado, considero-o, do meu especial ponto de vista historico-litterario, como um dos indices da ambiencia lendaria que creou o cyclo de valores mythicos, recolhido e coordenado pelo genio de Camões nos *Lusiadas*.

Aos historiadores da arte cabe inventariar e caracterisar tecnicamente esta maneira luso-asiatica da tapeçaria, que é afinal um pormenor não despiciendo a accrescentar á historia da influencia de Portugal no seu grande seculo.

(1) Foi o meu velho amigo, Dr. Cesar de Sousa Mendes, então illustre Ministro de Portugal na Suecia, quem teve a amabilidade de me chamar a attenção para este artigo de John Böttinger e de m'o remetter com a sua traducção e uma photographia do tapete, que se guarda no Museu Nacional de Stockholm. Esta traducção foi cuidadosamente feita por seu filho, o jovem licenciado Francisco José de Sousa Mendes, morto pouco depois. Aqui lhe reservo, com a minha affectuosa gratidão, um pensamento de saudade.

5.º — As origens do episodio do Velho do Restello

Com o andar dos tempos a viagem da India assumiu proporções de prodigio e esse processo engrandecedor attingiu os sucessos e sentimentos que a acompanharam, sem esquecer o rumor do descontentamento popular. Damião de Goes, historiador official, mas de intenção critica e mediocre escriptor, nada registrou desse rumor; na sua *Chronica de D. Manuel* apenas escreve:

... hos quaes partirão do porto de Bethlem aos dous dias do mês de Julho do mesmo anno de mil quatrocentos e noventa e sete, do que agora não direi mais, por ser necessario fallar nos negocios do Regno, em quanto elles fazem sua viagem”.

Assim fecha o cap. XXIII da 1.^a parte; quando volta a fallar da viagem no cap. XXXV nada mais diz desse rumor de descontentamento.

Mas João de Barros, mais sensivel ao processo de assimilação e recreação, que o espirito nacional ia fazendo da viagem maravilhosa, não esquece esse pormenor do quadro e registra esse rumor popular no seguinte passo, que reproduzo integralmente:

“E quando veo ao desfraldar das velas que os mareantes segundo o seu uso derão aquelle alegre principio de caminho, dizendo boa viagem: todolos que estavam promptos na vista delles, com hũa piadosa humanidade dobrarão estas lagrymas: & começarão de os encômendar a Deos, & lançar juizos segundo o que quada hum sentia d’aquella partida”.

(*Decada I*, livro I, pag. 63v. da ed. de 1628).

O processo de amplificação lendaria continúa sempre até que D. Jeronymo Osorio o recolhe amadurecido, como o recolheu Camões. A chronica panegyrica *De rebus Emmanuelis gestis* foi escripta a pedido do Infante Cardeal D. Henrique para propagandear no estrangeiro os feitos do rei venturoso;

não se baseou em grandes investigações pessoasas, assentou confessadamente sobre a *Chronica* de Goes e em algumas apostillas da lavra de Osorio. O seu proposito era exaltar essas façanhas orientaes, em torno da pessoa do rei e dum pensamento religioso: que todos aquelles feitos portentosos só se puderam executar com a clara ajuda de Deus.

Ora a pags. 16-17 da ed. de Colonia, 1597, D. Jeronymo Osorio, a quem se não pedia historia nova, mas serviços de divulgação de grande latinista, celebre em toda a Europa renascentista, escreve sobre a partida de Vasco da Gama:

“Neq. solum homines religiosi: sed reliqui omnes voce maxima cū lachrymis a Deo precabantur ut bene et prospere illa tā periculosa navigatio omnibus eueniret, & uniuersi re bene gesta incolumes in patriam redirent. A multis tamē interim is fletus atq. lamentatio fiebat, ut funus efferre viderētur. Sic enim dicebāt. En quomiseros mortales prouexit cupiditas & ambitio? Potuitne grauius supplicium hominib. istis constitui, si in scelestū aliquod facinus admisissent? Est enim illis immēsi maris lōgitudō peragranda, fluctus immanes difficilima navigatione superandi, vitae discrimen in locis infinitis obeundum. Non fuit multo tolerabilius, in terra quouis generis morti absumi, quam tam procul a patria marinis fluctibus sepeliri? Haec & alia multa in hāc sententiam dicebant, cum omnia multo tristiora fingere prae metu cogerentur Gama tamen...”

Ou na traducção de Filinto Elysio, de 1804:

E então não somente os Religiosos, mas todos os mais em altas vozes e os olhos cheios de lagrimas pedião a Deos, que tão perigosa navegação lhes fosse a todos prospera e boa; e que tendo dado bom acabamento a aquelle feito, voltassem todos á Patria com salvamento, e já mesmo entre muitos se levantava tal pranto e taes lamentos, que disseras os levavão ao moimento, prorompendo nestas lagrimas: “Ah miseros mortaes, onde nos arrojou tal ambição e tal cobiça! Que mais horridas justiça farião nestes coitados a terem n’algum facinoroso crime descahido! Tão longos e desmesurados mares que tem de perpassar, tão despiedadas montanhas de ondas, que tem de atravessar, e os riscos que em tantas paragens lhes estão a vida ameaçando! Não lhes fora mais comportavel acaballos com qualquer feição de morte, que lançallos em tal desvio da Patria a huma campa de salgadas ondas?”

Estas e outras muitas vozes a este sabor dizião, quando ainda no peito lh’as representava mais maviosas o receio, emquanto o Gama...” (*Da vida e feitos de D. Manuel*, vol. 1.º, pags. 51-52, Lisboa, 1804).

A critica tradicional de fontes poderia apontar este passo de Osorio como directamente inspirador de Camões, visto que a chronica *De rebus Emmanuelis gestis* é de 1571 e os *Lusíadas* são de 1572. Mas á luz da theoria, que faz da epopêa a coordena-

nação dum cyclo mythico anterior ao poeta ou rhapsodo, a explicação é muito outra. A recordação desse aspecto da partida de Vasco da Gama, o rumor do descontentamento, que não interessou o espirito critico de Damião de Goes, só attento aos factos escoreitos, foi avolumando com o tempo; em 1553 João de Barros registra-o na forma que transcrevi; e no fim do terceiro quartel do seculo o seu processo lendario está tão adiantado que um apologista historico, como D. Jeronymo Osorio, o recebe em 1571 na forma ampla, quasi acabada que reproduzi, e um poeta, como Camões, o recolhe e completa nesse admiravel symbolo do Velho do Restello, verdadeiro contraste do sentido vulgar ao espirito heroico e aventureiro, que queimava a alma dos portuguezes do grande seculo, mas ainda numa clave de composta dignidade, sem o aspecto burlesco do Sancho de Cervantes.

* -

R É S U M É

La présente étude ouvre la série des publications de la section des Lettres de la Faculté de Philosophie, Sciences et Lettres de l'Université de S. Paul (Brésil). L'auteur, M. le Professeur Fidelino de Figueiredo, passe en revue la floraison de la poésie épique portugaise du XVI^e siècle, floraison qui correspond à l'apogée de l'impérialisme lusitanien, et à propos du poète national, Camoens, il expose une esquisse de théorie sur la genèse de l'épopée: la matière épique est créée en tout premier lieu par la collectivité et se compose, non de ballades, de lais et de romances populaires que le poète coordonne, comme on le croyait à l'époque romantique, mais de mythes et de déformations légendaires des faits historiques, bien que non écrits. L'auteur signale de nombreux indices de l'ambiance légendaire, dans laquelle s'est forgée la matière des Lusiades et, en appendices, il développe ses preuves. Sa théorie implique une transformation de la critique des sources et ses recherches l'ont conduit à admettre l'existence d'une mode de tapisseries flamandes de motifs luso-indiens, pendant le XVI^e siècle, sous l'influence de la découverte des Indes Orientales.

INDICE

Pequeno prologo	Pag. 5
I — A repercussão da obra camoneana. — Elencho dos poemas heroicos portugueses. — Problemas suscitados por este elencho: a) conceito e genese da epopêa; b) criterio de nacionalidade em litteratura	7
II — Juizo sobre os poemas quinhentistas: Pedro da Costa Perestrello. — Jeronymo Côrte Real. — Luiz Pereira Brandão. — Francisco de Andrada. — Alguns caracteres communs	25
Appendices:	
1.º — Angelo Policiano e D. João II	39
2.º — Antonio Ferreira e a idea fixa de uma epopêa nacional	53
3.º — A epopêa e o mecenatismo	63
4.º — As tapeçarias sobre o descobrimento da India	65
5.º — As origens do episodio do Velho do Restello	79
Résumé	83